



Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo – CNEVC
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

RELATÓRIO DA 4ª MISSÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO CAMPO – CNEVC

ESTADO DA BAHIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. OITIVA DAS COMUNIDADES EM IGARITÉ.....	7
Primeiro bloco: Indígenas	8
Encaminhamentos:.....	10
Segundo bloco: Quilombolas	11
Encaminhamentos:.....	20
Terceiro bloco: Posseiros, Ribeirinhos, Assentados e Fundo de pasto.....	22
Encaminhamentos:.....	26
3. VISITA AO POVO PANKARU.....	26
Encaminhamentos:.....	31
4. OITIVA DAS COMUNIDADES EM SANTA MARIA DA VITÓRIA - CENTRO DE FORMAÇÃO CRISTO REI	31
Primeiro bloco: Fundo e Fecho de Pasto	32
Encaminhamentos:.....	37
Segundo bloco: Quilombolas	38
Encaminhamentos:.....	41
5. APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS	44
6. AUDIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL ANÍSIA SILVA MOREIRA EM CORRENTINA	48
Encaminhamentos:.....	62
7. SÍNTESE DOS ENCAMINHAMENTOS.....	64
7.1. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM IGARITÉ.....	64
7.1.1 Encaminhamentos relativos à questão Indígena	64
7.1.2 Encaminhamentos relativos à questão Quilombola	64
7.1.3 Encaminhamentos relativos à questão dos Posseiros, Ribeirinhos, Assentados e Fundo de pasto.....	66
7.2. ENCAMINHAMENTOS DA VISITA AO POVO PANKARU	67
7.3. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM SANTA MARIA DA VITÓRIA	67
7.3.1 Encaminhamentos relativos a Fundo e Fecho de Pasto	67

7.3.2 Encaminhamentos relativos a Quilombolas.....	68
7.4. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM CORRENTINA	70
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
9. AGRADECIMENTOS	72
LISTA DE ANEXOS	74

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo – CNEVC foi instituída pelo Decreto nº 11.638, de 16 de agosto de 2023 e tem a finalidade de atuar na mediação e na conciliação em casos de maior complexidade de conflitos socioambientais no campo.

As atribuições da CNEVC, descritas no artigo 2º do referido Decreto, incluem: identificar e realizar estudos sobre os conflitos socioambientais de maior complexidade no campo; elaborar plano anual de trabalho, com metas e prioridades; articular e executar ações com vistas à mediação e à conciliação em casos de maior complexidade de conflitos socioambientais no campo, em articulação com outros órgãos e entidades; estimular e promover o diálogo entre as partes envolvidas, os órgãos governamentais e a sociedade civil, com vistas à solução pacífica de conflitos socioambientais de maior complexidade no campo; e zelar pelo respeito aos direitos humanos nos conflitos socioambientais de maior complexidade no campo.

A CNEVC é integrada pelos seguintes órgãos federais: Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, que a coordenará; Advocacia-Geral da União; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério da Igualdade Racial; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério das Mulheres; Ministério dos Povos Indígenas; Secretaria-Geral da Presidência da República; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Além disso, a Coordenação da CNEVC poderá convidar representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, de qualquer esfera da Federação, e de outras entidades, públicas ou privadas, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

O colegiado da CNEVC adotou o plano anual de trabalho e estabeleceu os seguintes critérios de prioridade para escolha dos casos a ser tratados no âmbito da Comissão: 1) Casos que envolvem programas de proteção de defensores de Direitos Humanos; 2) Casos iminentes de ameaças à vida de membros de Povos e Comunidades Tradicionais, motivadas por disputa territorial; 3) Casos acompanhados pela Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos; 4) Casos de remoção forçada mais próxima; 5) Casos de atuação de milícias armadas, pistolagem e violência contra as populações, ameaças de confronto; 6) Crimes ambientais em curso; 7) Reforço da Comissão em outros casos que estão sendo tratados em outras esferas; 8) Casos de violência de gênero que possuem como pano de fundo situações complexas; 9) Prioritariamente não trabalhar com casos que já estão em instâncias próprias; 10) Seleções objetivas a partir das regiões; 11) Casos paradigmáticos e de difícil resolução; 12) Grilagem, desmatamento; 13) Região Amazônica; 14) Região dos Engenhos na Zona da Mata de Pernambuco e Paraíba.

A escolha do Estado da Bahia pela CNEVC considerou: 1) O grande volume de demandas recebidas nos órgãos encarregados de monitoramento e mediação de conflitos, provenientes do Estado da Bahia (somente no Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários, há 40 processos de acompanhamento relativos ao Estado da Bahia); 2) Segundo o relatório Conflitos no Campo, publicado pela Comissão Pastoral da Terra, a Bahia foi o estado com maior número de conflitos no campo em 2023. 3) Os conflitos nesse estado envolvem ameaças à vida de membros de Povos e Comunidades Tradicionais, motivadas por disputa territorial; 4) Os casos envolvem esquemas complexos de grilagem e desmatamento; 5) Observa-se a atuação de milícias armadas, pistolagem e violência.

Por sua vez, a escolha dos municípios visitados pela CNEVC foi realizada a partir de diálogos com o Governo do Estado da Bahia, como a Casa Civil, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Secretaria da Segurança Pública, além de entidades com notória experiência nos temas da violência no campo e na proteção de direitos humanos, tais como, a Comissão Pastoral da Terra - PA, a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, além de Associações de comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e de fundo e fecho de pasto.

Assim, com atividades programadas para os dias 26 a 30 de agosto, a 4ª Missão da CNEVC contou com a participação dos seguintes integrantes:

1. **Claudia Maria Dadico** – Coordenadora da Comissão e Diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Gabinete do Ministro do MDA
2. **Elis Regina Arévalos Soares** - Assessora Técnica do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do Gabinete do Ministro do MDA
3. **Fabio Thomaz Ferreira da Silva** - Secretária Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Geral da Presidência
4. **Daniela Ferreira dos Reis** - Coordenadora-Geral de Prevenção de Conflitos no Campo e na Cidade da Secretaria de Acesso à Justiça do MJSP
5. **Desembargador Cláudio César Braga Pereira** - Comissão de Conflitos Fundiários do TJBA
6. **Tytta Ferreira** - Superintendente Federal do Desenvolvimento Agrário do MDA na Bahia
7. **Andréia Macedo** - Superintendência de Desenvolvimento Agrário (Estado da Bahia)
8. **Adinael Martins** - Coordenador Executivo de Fundo e Fecho de Pasto - SEPROMI
9. **Patrícia Pataxó** - Superintendente de Políticas para Povos Indígenas - SEPROMI
10. **Giovanna de Andrade Bomfim** - Delegada de Polícia Civil Coordenadora do CCF/GEMACAU
11. **Ian Pereira da Cruz** – CCF/GEMACAU
12. **Adilson Silva** – CCF/GEMACAU
13. **Márcia Cristina Matos dos Santos** – CCF/GEMACAU
14. **Helio Barbosa Costa Filho** – Delegado na Corregedoria da Polícia Civil
15. **Laís Daniela Nunes Campos** - Defensoria Pública do Estado da Bahia
16. **Iara Maria Leão Toledo** - Defensoria Pública do Estado da Bahia

17. **Débora Nicolosi Bomventi** - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia
18. **Regina Marcia Ferreira Bomfim** - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia
19. **Flávio Luiz Assiz dos Santos** - Chefe do Setor de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA
20. **Carivaldo Ferreira dos Santos** - CPT Centro Oeste da Bahia, Núcleo da Diocese de Barra
21. **André Sacramento** - Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)
22. **Ariele de Almeida** - Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)
23. **Maurício Correia Silva** - Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)
24. **Taciana de Oliveira Carvalho de Araújo** - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN)
25. **José Jorge Alves** - Coordenação Nacional Quilombola - CONAQ
26. **Capitão Gilney de Andrade Santos** - Polícia Militar do Estado da Bahia, Companhia Independente de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos da Polícia Militar
27. **Major Eder Silveira Rosário** - 30ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado da Bahia
28. **Major Thiago da Silva Oliveira** - 28ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado da Bahia
29. **Capitão Albuquerque** – Alto Comando da Polícia Militar do Estado da Bahia
30. **Ciro Salomão Almeida Cedraz** – Superintendente Regional Substituto do INCRA/BA
31. **Erinaldo Carvalho Pereira** - Chefe da Unidade do Incra em Bom Jesus da Lapa
32. **Amanda Alves** - Comissão Pastoral da Terra, Bahia
33. **Julita** - Comissão Pastoral da Terra, Bahia
34. **Valdirenio Rocha de Santana** - Escrivão da Polícia Federal
35. **Welton Luiz Costa Rocha** - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)
36. **Victor Matias** - Ministério Público do Estado da Bahia

A CNEVC esteve em Ibotirama, Igarité, Reserva Indígena Pankaru, Santa Maria da Vitória e Correntina. Ao longo da Missão foram ouvidos representantes de mais de 55 comunidades da região, em três audiências. A primeira delas foi realizada na Comunidade Igarité, a segunda no Centro de Formação Cristo Rei em Santa Maria da Vitória e a terceira na Escola Municipal Anísia Silva Moreira em Correntina.

Os deslocamentos dos membros da Comissão foram realizados em viaturas do INCRA, outros representantes convidados se deslocaram em transporte próprio. Em todos os trechos de traslado terrestre a Comissão contou com a escolta da Polícia Rodoviária Federal.

Por se tratar de comunidades em contexto de conflito, que vivenciam situações concretas de ameaças de morte e outras violências, este relatório não identificará os

representantes das comunidades, cuja identidade fica preservada em sigilo no Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do MDA.

2. OITIVA DAS COMUNIDADES EM IGARITÉ

No dia 27 de agosto de 2024, os integrantes da 4ª Missão da Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo deslocaram-se em comboio de Ibotirama até Igarité, distrito do município de Barra. O distrito se localiza às margens do Rio São Francisco, de modo que no local se realizou a escuta de comunidades da região que estão submetidas a conflitos agrários de relevantes impactos socioambientais.

Compuseram a mesa da audiência: Claudia Maria Dadico (CNEVC/DEMCA), Ciro Salomão Almeida Cedraz (INCRA/BA), Tytta Ferreira (SDA/MDA), Desembargador Cláudio César Braga Pereira (TJBA), Dr.ª Laís Daniela Nunes Campos (DPE/BA), Major Thiago da Silva Oliveira (28ª CIPM), Delegada Giovanna Bomfim (CCF/GEMACAU), Patrícia Pataxó (SEPROMI), Adinael Martins (SEPROMI), Débora Nicolosi Bomventi (SJDH), Welton Luiz Costa Rocha (INEMA), Escrivão Valdirenio Rocha (Polícia Federal), Carivaldo Ferreira dos Santos (CPT/BA), José Jorge Alves (CONAQ), Gean Almeida Dourado (representante da comunidade) e Andréia Macedo (SDR/SDA).



Adotou-se a metodologia de escuta por blocos, em que inicialmente foram ouvidas as comunidades indígenas, em seguida as quilombolas e o terceiro bloco foi composto por posseiros, ribeirinhos, assentados e fundo de pasto. Por fim, oportunizou-se a manifestação de entidades da sociedade civil presentes. Após os cumprimentos da mesa e esclarecimentos iniciais, a palavra foi aberta aos representantes das comunidades.

Primeiro bloco: Indígenas

Comunidade Indígena Tuxá: A comunidade localiza-se no município de Ibotirama. Foram apresentadas as profundas preocupações com o desmatamento, assoreamento e o desvio do Rio São Francisco, fatores que têm impactado gravemente a comunidade. Além disso, foram evidenciadas as dificuldades enfrentadas pelo povo Xakriabá, que está envolvido em conflitos territoriais. Enfatizou-se a necessidade urgente de realizar um levantamento detalhado sobre a situação deste povo. Foi mencionado que a Funai tentou acessar a área para prestar assistência, mas o veículo da instituição foi alvejado por arma de fogo, destacando a gravidade e a tensão existente na região. Com relação ao Povo Tuxá, a principal preocupação levantada foi a preservação do Rio São Francisco, que é vital para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade.

Comunidade Indígena Kiriri: Relatou-se que a comunidade, localizada à beira do Rio São Francisco, ocupa uma área de 62 hectares, abrigando cerca de 50 famílias. A aldeia está registrada oficialmente há 35 anos, mas os membros vivem na região há 37 anos. Durante a demarcação do território, a Comunidade Kiriri não enfrentou problemas com fazendeiros, mas a situação mudou recentemente. Segundo relatos, quando a comunidade planta suas roças, o fazendeiro da área circunvizinha solta o gado, que acaba destruindo as plantações ao comer e pisotear. Tentativas de contato com o fazendeiro foram feitas, mas este alegou não ter condições de construir uma cerca, apesar de possuir mais de 100 cabeças de gado na propriedade. A comunidade manifestou uma profunda preocupação com a situação do Rio São Francisco, que, segundo ela, está sendo seriamente degradado pelas dragas que extraem água para usinas de cana-de-açúcar.

Além disso, a Comunidade Kiriri também pontuou a situação do povo Xakriabá, afirmando que necessitam de ajuda urgente. Explicou que é praticamente impossível adentrar a área onde este povo reside sem escolta policial, pois as tentativas de acesso são recebidas com tiros por parte dos fazendeiros.

Comunidade Indígena Tapuia: Localizada em Muquém de São Francisco, a comunidade relatou que, apesar dos esforços para buscar auxílio em Brasília e do contato estabelecido com o INCRA, a comunidade continua enfrentando desafios significativos. Como ribeirinhos, a sobrevivência da comunidade está diretamente ligada à saúde do Rio São Francisco que está em declínio acentuado devido ao assoreamento severo e à extração de areia para fins de mineração. Foi mencionada a existência de 12 pivôs de irrigação e canais abertos, que mantêm o nível da água constantemente elevado, afetando a região desde Serra Branca até Barra. Essa situação tem contribuído para a degradação do rio, onde a redução drástica na quantidade de peixes é notável. Os relatos indicam que, antigamente, era possível pescar cerca de 100 peixes por dia, mas atualmente é difícil alcançar essa quantidade até mesmo em um mês.

A presença de empreendimentos estrangeiros na área foi apontada como a causa desses problemas. Apontou-se, ainda, a necessidade urgente de reflorestamento das margens do rio como medida para conter a degradação. Além disso, foi mencionada a precariedade das estradas, que dificulta a locomoção da comunidade e o acesso das crianças à escola. Conforme os relatos, as condições das vias pioram durante o período de cheia, quando as estradas são frequentemente destruídas pela elevação das águas.

Letícia, assessora jurídica do **Conselho Indigenista Missionário** na região, destacou a invisibilidade dos povos indígenas no oeste do Estado, enfatizando a dificuldade que muitas pessoas têm em reconhecer a existência e a resistência dessas comunidades. Segundo ela, muitos desses povos vieram para a região fugindo de situações de violência em suas aldeias de origem. Um exemplo citado foi o povo Tuxá, que se deslocou devido à construção de uma hidrelétrica e, atualmente, enfrenta novamente os impactos do desenvolvimento econômico em seus territórios e modos de vida.

Ela mencionou que, enquanto alguns povos, como os Tuxá, já têm seus territórios regularizados, outros, como os Xakriabá, ainda vivem em situação de irregularidade, enfrentando extrema violência e dificuldades. Letícia apontou que muitos membros do povo Xakriabá sequer se apresentam como tal, devido à violência que sofrem. Outro exemplo trazido foi o povo Pankaru, que está em um território em conflito, prometido a outra comunidade indígena. A proposta atual é que essas comunidades dividam o território, mas as especificidades dos conflitos na região fazem com que essas questões permaneçam amplamente invisibilizadas.

Após os relatos, a palavra foi devolvida à mesa.

Dr.^a Cláudia explicou que embora o MPI tenha representação na Comissão seus membros não puderam comparecer, mas serão informados sobre os subsídios discutidos. O Governo Federal tem se mostrado preocupado com a aplicação da Convenção 169 da OIT, enfatizando que qualquer desenvolvimento deve garantir consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas. Destacou a importância dessa consulta em projetos na bacia do Rio São Francisco, especialmente em conflitos hídricos. Também solicitou o posicionamento dos órgãos de Segurança Pública quanto ao problema do gado destruindo plantações na Comunidade Kariri e da Polícia Federal sobre o alvejamento no carro da FUNAI. Solicitou, também, o nome do fazendeiro que circunda a comunidade Kariri.



Patrícia Pataxó evidenciou que é o Rio São Francisco que garante a vida desses povos. Explicou que a SEPROMI acompanhou reuniões entre lideranças da comunidade Kariri e a prefeitura da Muquém de São Francisco a respeito do problema das estradas e que, desse diálogo, definiu-se a contratação de uma empresa para realizar obras nas estradas. Informou, também, que o agravamento das condições das estradas já culminou na destruição do cemitério da Comunidade Kariri.

A Delegada Giovanna apresentou a CCF/GEMACAU, uma unidade da Polícia Civil, especializada na investigação de crimes motivados por conflitos fundiários, em que esteja presente a posse coletiva. Explicou que, embora a CCF/GEMACAU ainda não tenha capacidade (efetivo suficiente) para atender todo o estado da Bahia, a Unidade atua, também, de forma colaborativa, auxiliando Autoridades Policiais locais, em investigações consideradas mais complexas. Colocou sua equipe à disposição para realizar oitivas individualizadas, durante a Missão da CNEVC.

O Major Thiago afirmou que a Polícia Militar tem se esforçado, apesar das limitações, para estar sempre presente e dar a devida atenção às comunidades. Ele apresentou a CIMCAU/PM e informou que será lançada uma operação de patrulhamento ribeirinho no Rio São Francisco, abrangendo as nove ilhas situadas entre Ibotirama e Barra.

O Escrivão Valdirênio Rocha, da Polícia Federal, informou que o delegado não pôde comparecer à reunião devido a uma operação em andamento, mas enviou representantes para acompanhar e ouvir as demandas. Ele destacou que a PF tem atuado de forma significativa na região, especialmente em Barreiras, onde a delegacia, apesar de relativamente nova, atende 46 municípios do oeste. A Polícia Federal tem focado em casos de assoreamento do Rio São Francisco, investigando tanto as intervenções ilegais quanto aquelas que ultrapassam os limites legais. Informou que irá averiguar o caso do alvejamento ao carro da FUNAI para verificar se já há uma investigação em andamento.

Encaminhamentos:

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI): Considerando os relatos da existência de empreendimentos estrangeiros no Território Indígena Tapuia, bem como a existência de 12 pivôs de irrigação e canais abertos, que mantêm o nível da água constantemente elevado, afetando a região desde Serra Branca até Barra, situação que tem contribuído para a degradação do rio, onde a redução drástica na quantidade de peixes é notável, Inema e Sepromi informarão sobre a realização de consulta prévia, livre e informada ao povo Tapuia relativamente aos empreendimentos mencionados, bem como a forma como foi implementada. O Inema também informará acerca da existência de licenciamento regular nas áreas de ocupação dos povos indígenas citadas na audiência pública.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de degradação do Rio São Francisco, a Comissão e a Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI irão solicitar reunião com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com objetivo de elaborar soluções para a temática.

Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI: Considerando os relatos sobre a situação das estradas, o que já ocasionou até mesmo a destruição do cemitério de uma comunidade indígena, a Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI irá contatar a Prefeitura de Muquém de São Francisco para questionar a respeito do início da obra nas estradas, para a qual já foi contratada empresa pelo ente municipal.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos e a necessidade de defesa dos territórios, a Secretaria de Acesso à Justiça irá realizar uma análise específica de cada caso e adotar ações articuladas com o MPI, FUNAI e Defensoria Pública.

Delegacia de Polícia Federal em Barreiras: Considerando o relato de alvejamento de viatura da FUNAI por arma de fogo, a Delegacia de Polícia Federal em Barreiras irá averiguar a existência de investigação e adotar as diligências necessárias.

Segundo bloco: Quilombolas

Comunidade do Quilombo Juá: Pediram socorro e ajuda especialmente em relação à segurança. Destacou-se que as comunidades estão à mercê dos fazendeiros que se autoproclamam proprietários de seus territórios, sofrendo violência e ameaças constantes. O território possui 740 hectares, onde 75% da mata é preservada. Expressou preocupação com a escassez de chuvas, refletindo sobre os impactos do aquecimento global, que afetam tanto as comunidades rurais quanto as grandes cidades.

Afirmou-se que, além de ser uma comunidade quilombola, também são uma comunidade ribeirinha à beira do Rio São Francisco. Acreditam que as futuras gerações talvez não tenham a oportunidade de ver o rio. A segurança foi apontada como o principal problema enfrentado pela comunidade que, segundo relatos, não tem acesso à proteção prevista constitucionalmente.

Ressaltou a importância de um momento como este para expor as ameaças que as comunidades enfrentam de pessoas que alegam ser donas dos territórios, apresentando documentos de origem duvidosa. Ela destacou que são as comunidades tradicionais que cuidam e cultivam o meio ambiente, e não os grandes fazendeiros. A comunidade enfatizou que não desejam apenas discursos, mas ações concretas por parte dos órgãos responsáveis e que garantam a proteção do povo e dos rios. Pediu que as promessas não se restrinjam a palavras bonitas no papel, mas que a realidade mude com a chegada da segurança e a diminuição do assoreamento dos rios.

Comunidade de Quilombo Curralinho: A comunidade quilombola conta com 300 famílias e 1.100 habitantes. Em 2016, quando não havia nenhum empreendimento na área, um caminhão esteira abriu uma estrada no território, e o fazendeiro anunciou que pretendia vender a terra. A comunidade se opôs à proposta, que incluía dividir o dinheiro da venda. No entanto, o fazendeiro vendeu o território a um grupo de investidores portugueses, que possuem 6.000 cabeças de gado e planejam aumentar esse número para 26.000.

Os investidores não buscaram diálogo com a comunidade e construíram cercas. O fazendeiro tentou erigir a cerca em duas ocasiões, mas, após a construção de 3 km, um vento forte derrubou a estrutura. Insatisfeito, ele utilizou dois tratores esteira para desmatar a área, avançando consideravelmente. A comunidade organizou uma resistência, com cerca de 100 pessoas se posicionando à frente dos tratores.

Com um território de 4.352 hectares, a comunidade enfrentaria a perda de 30% de suas terras, já que os investidores desejam destinar 800 hectares para suas atividades. Apesar das tentativas de interromper a derrubada da vegetação, a situação se agravou. Recentemente, a comunidade recebeu a notícia de que a cerca será reconstruída com escolta, aumentando os riscos que enfrentam.

A comunidade está em emergência e pede socorro, temendo que a construção da cerca avance ainda mais, o que poderia resultar em consequências graves. Eles apresentaram uma solicitação ao INCRA para a realização do RTID, que ainda não foi feito, e pedem a regularização de seu território, que é reconhecido pela Fundação Palmares. A comunidade clama por ajuda, uma vez que sua segurança e seus direitos estão em risco.

Comunidade do Quilombo Torrinha: Há uma fazenda com um casarão situado dentro da comunidade. O inventário da fazenda está em andamento e atividades de armazenamento para calçamento do piso foram iniciadas. O casarão, considerado um patrimônio histórico da comunidade, é motivo de preocupação, e a comunidade deseja que suas características originais não sejam alteradas. Eles já possuem o RTID e estão solicitando a regularização de seu território.

Afirmaram que pessoas alheias à comunidade e à sua luta estão danificando sua história, que está intimamente ligada ao casarão. Hoje, a comunidade sente que seu grito de socorro está sendo silenciado, pois as ações de destruição, como o quebrar do piso e o

aterramento, têm sido devastadoras. Para eles, a destruição do casarão representa a morte de uma parte significativa de sua identidade.

A comunidade é proibida de entrar no casarão e enfrenta restrições em seu território, sem o direito de plantar ou criar animais, que são frequentemente mortos. Existe um medo constante de buscar justiça, pois muitas vezes as autoridades policiais estão do lado dos fazendeiros.

Relatou-se ainda que amostras de água foram coletadas em diversas comunidades e que na região algumas pessoas já faleceram devido a bactérias na água que consomem. Enfatizaram que a água utilizada por eles não passa por qualquer tratamento, vinda diretamente do rio. A prefeitura alega que não pode fornecer água tratada devido ao tamanho reduzido da população local. No entanto, a comunidade questiona essa justificativa.

Comunidade do Quilombo Igarité/Assentamento Santo Expedito: O representante da Comunidade Igarité compartilhou que, como líder, já enfrentou diversas ameaças, incluindo ameaças de morte, que ele e um colega estão na lista de possíveis alvos dos pistoleiros e que são frequentemente fotografados. Afirmou que é visto como "a chave do problema" da comunidade de Igarité e que hoje já não pode ir sozinho até a sua roça. Ressaltou que os membros da comunidade já combateram até mesmo incêndios criminosos na região.

Mencionou que sua saúde se deteriorou, pois era um homem forte e resistente, mas agora enfrenta problemas de saúde que o deixam abatido. Embora não critique todas as forças policiais, fez questão de mencionar experiências negativas, como aquelas em que é intimado a ir até a delegacia sem saber o motivo. Afirmou que sempre vai e que ouve o delegado que costuma dizer que o chamou "para conversar". Ele relatou que as ameaças estão sempre presentes e que é fotografado.

Recentemente, relatou, teve uma experiência assustadora ao se deparar com uma caminhonete em que um homem começou a filmá-lo, levando-o a correr com muito medo. Em outra ocasião, enquanto estava na roça com seus familiares, três caminhonetes atropelaram seu filho, e eles não conseguiram identificar os responsáveis, pois os veículos foram muito rápidos. Ele destacou que uma cancela foi instalada na região para evitar a fuga de animais e outras situações de ameaça, mas frequentemente o cadeado é cortado, e eles enfrentam intimidações. Fez um apelo por ajuda e socorro.

Outro aspecto importante trata-se de uma linha de transmissão que passa sobre o território da comunidade. Os relatos são de que a empresa responsável nunca estabeleceu qualquer interlocução com a comunidade a respeito dessa instalação. Entretanto, a comunidade conseguiu abordar o assunto após trancar a cancela de passagem, de modo que puderam pedir acesso à informação. Além disso, mencionaram que anteriormente havia um posto policial na área, que foi desativado. A comunidade solicita a reativação desse posto policial, pois acredita que sua presença seria benéfica tanto para eles quanto para as comunidades vizinhas, proporcionando maior segurança e apoio.

O representante do Assentamento Santo Expedito fez um apelo por socorro, relatando que tem enfrentado inúmeras ameaças. A comunidade passou por momentos difíceis, incluindo a derrubada de cercas e de árvores frutíferas com a presença de escoltas armadas, relacionadas a um projeto da Embrapa. A polícia foi acionada, mas a comunidade não recebeu a assistência necessária. O representante compartilhou que chegou à comunidade aos sete anos de idade e que a partir de 2023 que os conflitos começaram, com várias pessoas se autoproclamando proprietárias do território. Ele enfatizou a necessidade urgente de ajuda.

Comunidade do Quilombo Pedra Negra da Extrema: Os relatos foram de que a comunidade tem enfrentado muitos conflitos e que os membros são frequentemente assediados para assinar documentos, não só sendo seguidos, mas inclusive abordados em suas moradias. As informações são de que uma pessoa tentou vender suas terras para que grileiros e fazendeiros construíssem um canal. Essa pessoa teria convocado o presidente da associação para uma reunião em sua casa, onde já tinha os documentos prontos para assinatura. Contudo, antes da reunião, a comunidade entrou em contato com seus advogados, que orientaram a não assinar nada, e desde então, essa pessoa não voltou mais.

Após esse episódio, outros indivíduos apareceram solicitando assinaturas em documentos, incluindo um documento que cancelava a certidão de comunidade quilombola emitida pela Fundação Palmares. Durante vários dias, membros da comunidade acordaram com essas pessoas na porta de suas casas, insistindo para que assinassem os papéis.

Atualmente, a comunidade enfrenta sérias dificuldades, pois está sem acesso à pesca, uma atividade fundamental para sua subsistência, devido à invasão de fazendeiros em seu território, que impedem o acesso ao rio do qual dependem.

Comunidade do Quilombo de Pedrinhas: Foi relatada a dificuldade de estabelecer lideranças na comunidade pois essa se tornou uma atividade perigosa devido às ameaças e ao medo. Alegaram que foi difícil reunir representantes até mesmo para participar desta audiência promovida pela Comissão. Sentem-se encurralados, uma vez que possuíam uma área extensa para caçar e criar seus animais, mas hoje perderam essa liberdade. A comunidade foi contemplada com o programa "Minha Casa, Minha Vida", mas enfrenta dificuldades para construir suas casas devido ao avanço dos fazendeiros em seu território, deixando-os sem espaço para se estabelecer.

A principal demanda da comunidade é a demarcação de seu território, pelo qual lutam há muitos anos, mas sem perspectivas de resolução. Com o passar do tempo, membros da comunidade estão perdendo a esperança, alguns optaram até mesmo por deixar a região. O território que antes pertencera à comunidade agora é explorado por outras pessoas, e dadas as dificuldades de subsistências, pessoas do quilombo têm trabalhado para esses concentradores de terras.

Comunidade do Quilombo Brejo Seco: Apresentou a denúncia de que seu processo no Fórum de Barra se arrasta há anos e que os processos das comunidades quilombolas frequentemente permanecem parados. Pediram urgência na tramitação dos processos, pois quanto mais o tempo passa, mais chances os fazendeiros têm de solicitar a reintegração de posse.

A comunidade, composta por 60 famílias, está muito amedrontada, e ninguém deseja assumir a liderança devido às constantes ameaças enfrentadas pelos líderes. Relatou-se que quintais e casas têm sido derrubados por tratores, e animais estão sendo retirados à força dos territórios por prepostos dos fazendeiros. Além disso, pessoas do agronegócio têm visitado seus territórios, promovendo a ideia de que o agronegócio seria benéfico.

Os relatos são de que a maioria das comunidades não têm acesso a água potável. Além disso, afirmam que a polícia protege os fazendeiros e seus prepostos, exibindo armas de forma intimidatória, e que o INEMA, por sua vez, vem liberando licenças indesejadas sem dialogar com as comunidades quilombolas, desrespeitando seus direitos.

Comunidade do Quilombo Fazenda Grande: Relatou-se que um membro da comunidade foi assassinado e até o momento não há respostas sobre o caso. Eles afirmaram que o Estado está sendo omissivo, ignorando as situações enfrentadas pelas comunidades ao longo de muitos anos de luta, enquanto as autoridades fazem vista grossa. Na delegacia de Muquém de São Francisco, várias tentativas da comunidade para registrar queixas teriam sido frustradas, explicam que a escritã alega que o sistema estaria fora do ar. Por outro lado, o fazendeiro consegue registrar suas queixas contra os quilombolas. A comunidade só consegue fazer os registros de boletim de ocorrência quando está acompanhada do INCRA.

Lideranças relataram que ameaças são recorrentes na comunidade e que não se sentem seguros nem mesmo para ir à cidade comprar mantimentos. Pedem proteção. Relatou-se que, após a visita da SDA/MDA até o local, um momento difícil se impôs, com a ida do gerente da fazenda à comunidade, ameaçando-os por estarem levando muitas autoridades ao local.

Segundo os relatos, as autoridades que deveriam garantir a segurança muitas vezes se tornam uma ameaça. Há cerca de cinco anos, um juiz teria ordenado uma reintegração de posse dentro da comunidade, mas a comunidade resistiu e conseguiu impedir a ação que contava com o apoio de mais de 30 policiais do batalhão de Ibotirama.

Após os relatos, a palavra foi devolvida à mesa.

Dr.^a Cláudia explicou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) reconhecem que, uma vez que há a autodeclaração pelas comunidades e esta é aceita pela Fundação Palmares, essa situação confere uma posse protegida pela Constituição. Essa posse se difere da posse privada em razão das garantias constitucionais e da proteção do patrimônio cultural. Em casos de conflito envolvendo a posse

de uma comunidade quilombola, a posição adotada é a de que essa posse possui uma proteção constitucional mais robusta, assim como ocorre com as comunidades indígenas e os povos tradicionais. Esse é um ponto fundamental, pois implica que a posse quilombola merece uma proteção especial.

Ciro Cedraz destacou a importância de levar a escuta às comunidades, enfatizando que elas conhecem suas próprias necessidades. Ele mencionou a inauguração do INCRA Itinerante, uma iniciativa que permite ao INCRA visitar os assentamentos, demonstrando a relevância de estar próximo das comunidades, especialmente porque estas são frequentemente alvo do agronegócio e da violência.

Ressaltou que se passaram cinco anos sem reconhecimento das comunidades quilombolas devido à falta de prioridade dos governos anteriores. No entanto, ele afirmou que atualmente há um esforço para buscar esse reconhecimento, embora enfrente desafios devido à escassez de recursos. Um passo importante foi a realização de um concurso público para aumentar o número de servidores no INCRA. Ciro afirmou que, apesar de serem um órgão público, estão muito afetados pelos cortes e desmontes ocorridos nos últimos cinco anos. Ele garantiu que recursos estão a caminho e solicitou que Flávio fornecesse uma visão geral sobre os processos relacionados às comunidades quilombolas.

Flávio ressaltou que o INCRA está em um esforço de retomada e reconstrução. Mencionou que foram firmados dois Termos de Execução Descentralizada (TED) com universidades da Bahia, que estão aguardando recursos. Atualmente, existem cerca de 400 processos de regularização fundiária quilombola abertos no INCRA na Bahia, e esses dois TED atenderão 25 comunidades quilombolas. O TED da UFBA se concentrará no oeste da Bahia, abrangendo cinco comunidades. Algumas das comunidades já possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), ressaltando que os primeiros RTIDs da Bahia foram elaborados na região. Ele apontou que, quando se inicia a elaboração dos RTIDs, os conflitos tendem a aumentar, e que a solução para esses conflitos está na regularização fundiária. Flávio destacou que as comunidades são todas ribeirinhas, o que atrai a competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e que é importante que as Linhas Médias de Enchente Ordinária (LIMEO) sejam estabelecidas.

Também mencionou que, em todas as áreas discutidas, existem terras públicas da União, o que pode facilitar a regularização. Flávio destacou a necessidade de estreitar a relação entre o INCRA e o estado da Bahia para que as resoluções avancem, especialmente no que diz respeito à comunidade de Brejo Seco, que possui processos em andamento na SDR/SDA.

Andreia Macedo transmitiu cumprimentos de Gustavo Machado e do Secretário Osni. Ela recordou que em maio, estiveram presentes na região e assumiram alguns compromissos. Explicou que a SDR/SDA se dedica à regularização de todos os povos tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos e comunidades de terreiro, entre outros. Informou que a SDA está adotando uma abordagem territorializada para tentar resolver as demandas de maneira mais eficaz. Afirmou que muitos processos resgatados são antigos, com

20 a 25 anos, e precisarão ser reavaliados. Andreia ainda mencionou que para aqueles envolvidos no programa "Minha Casa, Minha Vida" que têm processos na SDR/SDA, é oferecida certidão para que não percam a oportunidade de regularização enquanto o título definitivo não é finalizado. Informou também sobre a retomada da parceria entre SDR/SDA e o Instituto Geografar.

A Delegada Giovanna destacou que a realidade no oeste é complexa, afirmando que há cerca de dez anos, durante uma audiência pública ocorrida no auditório do prédio sede do INCRA, em Salvador, integrantes da Comunidade Quilombola Boa Vista do Pixaim indicaram a presença de segurança armados, que destruíam suas roças, em presumível área de Linha Média de Enchentes Ordinárias - LMEO. O Gemacau se deslocou ao município de Muquém do São Francisco e lá, deu início às investigações, que culminaram com a identificação de um homicídio de um quilombola, ocorrido quase dois anos antes daquele atendimento, embora não houvesse registro do fato, em Unidade de Polícia Judiciária. Foi instaurado Inquérito Policial e deflagradas 02 (duas) Operações Policiais intituladas Compadre D'Água I e II, durante as quais foram presos: JAYME OLIVEIRA DO AMOR e seus funcionários, apreendidas armas de fogo e munição e localizada ossada humana, na propriedade rural em que se dava o conflito. Em relação à Ação Penal decorrente, que tramita na Comarca de Ibotirama, a CCF/GEMACAU indicará numeração que permita à CNEVC, o acompanhamento processual.

Giovanna enfatizou que a falta de confiança nas forças policiais resulta, eventualmente, na subnotificação de crimes, como ocorreu no caso citado acima. Um dos desafios da CCF/GEMACAU é a recuperação de confiança plena dos atendidos, na Polícia Judiciária, a partir de trabalho especializado e imparcial. O uniforme utilizado pelos Gemacauanos, inclusive, faz a cor verde (sugestiva de cura) substituir a tradicional cor preta, identificadora das Polícias Civas, como sinalização para a sua deliberada intenção de "curar" as relações entre o cidadão e a Instituição. Adicionalmente, informou que a CCF/GEMACAU retornará ao oeste da Bahia, a partir de 28 de outubro, para realização de atendimentos, por um período indeterminado e, para tanto, deseja contar com o apoio Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Ainda, informou que o GEMACAU será enviado ao oeste da Bahia a partir de 28 de outubro por um período indeterminado, para atender os grupos que necessitam ser ouvidos na região, com o apoio da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Capitão Gilney ressaltou que, em 2024, a questão dos conflitos na Bahia ganhou uma estrutura maior, permitindo que o tema receba a atenção devida. Ele mencionou que todos os presentes estão frequentemente envolvidos em reuniões sobre esses assuntos. Com a criação da nova companhia, a abordagem dos conflitos está sendo tratada com constância, integração e investimento. Informou que a Polícia Militar da Bahia, em colaboração com outros órgãos, está desenvolvendo um curso para padronizar as ações da PM, abordando questões históricas e protocolos específicos.

Tytta Ferreira, destacou que, ao abordar a violência no campo, é importante não apenas considerar as ameaças diretas, mas também a violência psicológica que afeta a comunidade. Reiterou a disposição do MDA para colaborar com a Polícia Civil e a Polícia Militar no acompanhamento das escutas e na promoção de um ambiente seguro. Sugeriu que a Polícia Federal se envolva na questão das bombas no Rio São Francisco.

Debora Bomventi abordou o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Ela explicou que existem três tipos principais de programas: (i) Vítimas e testemunhas ameaçadas de morte; (ii) Crianças e adolescentes ameaçados de morte; (iii) Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Atualmente, esses programas são executados por organizações da sociedade civil. Os critérios para ingresso nesses programas são definidos por uma lei federal. Enfatizou que, caso alguém tenha interesse em participar de um desses programas, deve procurar as representantes da SJDH, que estarão disponíveis para orientar sobre como fazer a solicitação e os procedimentos necessários.

O Desembargador Cláudio destacou que a violência no campo não é um problema exclusivo da Bahia, mas sim um desafio nacional. Nesse contexto, sugeriu que o DEMCA encaminhe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma proposta para que os crimes relacionados à violência no campo sejam incluídos nas metas do CNJ. Isso permitiria que esses casos fossem tratados como um problema nacional e, conseqüentemente, que o julgamento desses processos fosse priorizado.

José Jorge ressaltou que, embora o RTID seja um processo demorado e caro, já foi possível realizar o CEFIR para 650 comunidades no estado. Embora o INCRA não aceite o cadastro, o INEMA tem aceitado. Propôs que haja uma reunião envolvendo a SDA, o MDA e a SDR do governo do estado, com o objetivo de buscar recursos para garantir a regularização e a possibilidade de contratação de pessoal para ajudar nesse processo.

Comunidade do Quilombo Boa Vista do Pixaim: Muitos membros da comunidade estão psicologicamente abalados e têm medo de sair de casa em razão das violências e ameaças sofridas. Mencionou-se que o processo de RTID da comunidade está parado há 11 anos, apesar de uma decisão judicial favorável que não está sendo efetivada, pois os fazendeiros estão tentando negociar. A comunidade contou que há uma condenação da União, ocorrida há dois anos, que determinou a demarcação do território, e questionou a ausência de realização desta demarcação, tendo-se em vista que a comunidade está sob pressão do fazendeiro.

Neste caso concreto, o fazendeiro ofereceu ceder 779 hectares, argumentando que o INCRA não poderia comprar toda a área. A comunidade destacou que o fazendeiro está derrubando cercas, limitando o acesso à pesca e à coleta de lenha, e está extraíndo areia na área de LIMEO. Essa extração, segundo relatos, incentivou outros a fazerem o mesmo, deixando a comunidade sem defesa. Evidenciou, também, que o rio está em nível muito baixo, a ponto de ser possível atravessá-lo sem molhar os pés. Alegam que o INCRA informou

que, caso houvesse negociação, compraria apenas uma parte das terras. Atualmente, a comunidade se vê obrigada a pagar R\$ 40,00 por cabeça de gado para o fazendeiro, uma situação insustentável.

Além disso, a comunidade enfrenta sérias restrições ao acesso ao seu território. Recentemente, cercas foram instaladas com cadeados, fechando o acesso às áreas de roça e restringindo a passagem da comunidade. Os fazendeiros advertiram que, caso os membros da comunidade tentem passar pelas cercas, eles “tomarão providências”, embora não tenham especificado quais seriam essas ações. Essa situação limita severamente a capacidade da comunidade de acessar suas roças e, conseqüentemente, de garantir sua subsistência, uma vez que lhes resta apenas a passagem de entrada e saída da localidade.

Comunidade do Quilombo Saco Grande do Tixinha: A comunidade relata que, no mês passado, uma das lideranças foi intimada por um oficial de justiça para comparecer a uma audiência pública, na qual não teve o direito de se fazer acompanhar ou de se defender adequadamente. O juiz, percebendo a falta de condições para a defesa, pediu que o representante se retirasse da audiência e emitiu uma sentença favorável ao fazendeiro. Pouco tempo depois, o oficial de justiça, utilizando um carro do fazendeiro, chegou à comunidade com um mandado de prisão e ameaçou levá-lo preso. Ele e sua comunidade enfrentam constantes ameaças, incluindo uma multa diária de 300 reais por não desocupar a área. O clima de intimidação é alarmante, com relatos de tiros e promessas de violência caso não cumpram as ordens de desocupação.

Ao tentar contato com o Ministério Público Federal a comunidade foi informada de que o caso não poderia ser tratado em nível federal devido à natureza estadual da questão. Embora tenha contratado um advogado, a situação permanece sem solução. As lideranças manifestam profundo medo pela segurança de sua comunidade e por sua própria vida, sendo acompanhados por familiares até mesmo em suas atividades diárias.

Comunidade Quilombola Jatobá: A comunidade está prestes a completar um ano desde a conquista do seu território, mas ainda enfrenta sérias dificuldades. Apesar de terem recebido a área, não conseguem trabalhar nela devido às péssimas condições da estrada e à necessidade de crédito ou de algum tipo de apoio para iniciar suas atividades. A comunidade também sofre ameaças constantes de invasores, que dizem que eles são preguiçosos e não conseguem trabalhar a terra. Além disso, os membros da comunidade enfrentam a extração ilegal de madeira de sua mata, o que agrava ainda mais a situação. Embora possuam poços artesianos, faltam acessórios para que possam utilizar a água, ou seja, nem mesmo à água potável têm acesso. A combinação dessas dificuldades tem deixado a comunidade em uma situação crítica, sem acesso aos recursos necessários para desenvolver suas atividades e manter sua subsistência.

A Defensoria Pública do Estado (DPE) complementou mencionando que a área que agora pertence à comunidade foi encontrada cheia de embalagens de agrotóxicos, que não

foram descartadas pela própria comunidade, mas já estavam lá quando tomaram posse. A DPE enviou um ofício para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) solicitando solução para o problema, mas até o momento nada foi resolvido. Ressaltaram que o local não contém apenas lixo e entulho, mas também uma quantidade significativa de agrotóxicos, o que representa um grave risco ambiental e à saúde da comunidade.

Sobre os relatos de assoreamento e extração de areia do rio trazidos pela Comunidade do Quilombo Boa Vista do Pixaim, a Dr.^a Cláudia evidenciou que são atividades que ocorrem em terreno da União. Portanto, ressaltou a importância de documentar essas atividades de forma adequada, sugerindo o uso do aplicativo Notecam, que permite tirar fotos com coordenadas geográficas precisas, garantindo que a imagem esteja associada ao local onde foi capturada. Solicitou que essas fotos, com a localização detalhada, sejam enviadas à Comissão para que possam ser encaminhadas à Polícia Federal, considerando que a situação envolve tanto um crime ambiental quanto a usurpação de um bem da União.

Welton destacou que, embora não seja possível resolver todos os problemas de uma vez, muitos avanços são possíveis com o atual governo. Ele enfatizou a importância de as comunidades denunciarem impactos ambientais, mesmo de forma anônima, para que as autoridades possam agir. Explicou que a licença ambiental é um processo em três etapas (prévia, implantação, operação), e que a participação das comunidades é essencial, especialmente quando se trata de territórios quilombolas. Ressaltou que, em caso de suspeita de irregularidades, como fraudes documentais, o INEMA encaminha as investigações para a polícia. Ele colocou o órgão à disposição para colaborar com as comunidades e destacou a necessidade de mudanças nas leis ambientais para fortalecer a proteção dos territórios tradicionais.

Encaminhamentos:

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando as demandas de necessidade de regularização fundiária apresentadas, a Comissão irá se somar na busca de recursos para o TED firmado entre o INCRA e as Universidades. É necessário que as comunidades se organizem para debater e definir as cinco comunidades a serem priorizadas, sugerindo que se adote o critério do nível de conflito e violência.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de degradação e necessidade de regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais, a Comissão irá solicitar à SPU que priorize a demarcação das Linhas Médias de Enchente Ordinária (LIMEO) bem com que verifique a viabilidade de estabelecimento de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para as comunidades nestes locais.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Considerando os relatos trazidos pela Comunidade Quilombola Currealinho, a Superintendência do INCRA na Bahia irá solicitar à Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA que ajuíze ação com objetivo de garantir proteção à comunidade.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a SSP da Bahia irá mobilizar esforços para que se evite represálias nos territórios onde haverá atuação do INCRA.

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a SJDH irá sinalizar, de forma reservada, a respeito da presença de integrantes do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos nos territórios onde haverá atuação do INCRA para que se realize avaliação de risco adequada.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, acerca de aparente atendimento parcial, a favor de proprietários rurais ou de negativa de registro de ocorrências, a Comissão irá oficiar a Corregedoria da Polícia Civil e a Corregedoria da Polícia Militar em para que realizem inspeções nas Delegacias e Batalhões de Ibotirama, Muquém de São Francisco e Barra.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de morosidade processual em casos envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais, a Comissão, juntamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, irá encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça sugestão para que processos relativos à matéria fundiária (discriminatórias, ações sobre cumprimento de cláusulas resolutivas de títulos de regularização fundiária, desapropriações etc) e a crimes vinculados a violência no campo sejam incluídos nas metas do CNJ para prioridade nos julgamentos.

Coordenação de Conflitos Fundiários da Polícia Civil do Estado da Bahia (CCF/GEMACAU): Considerando a gravidade e necessidade de acompanhamento do caso da ossada encontrada na Operação Compadre D'água, o CCF/GEMACAU irá encaminhar formalmente à Comissão o número da ação penal instaurada.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a gravidade e necessidade de acompanhamento do caso da ossada encontrada na Operação Compadre D'água, após o repasse do número da ação penal pelo CCF/GEMACAU, a Comissão irá encaminhar pedido de informações sobre o andamento do processo.

Polícia Militar do Estado da Bahia: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a Polícia Militar se compromete a mobilizar maior esforço de patrulhamento ostensivo para a segurança das comunidades presentes, com o objetivo de garantir sua segurança após a partida da Comissão.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Considerando os relatos da Comunidade do Quilombo Saco Grande do Tixinha, o Setor de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/BA irá dialogar com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA a respeito da viabilidade de manifestação nos autos indicando interesse na área.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da Comunidade do Quilombo Torrinha, a Comissão irá dialogar com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito de uma possibilidade de tombamento que permita que a comunidade realize a gestão do Casarão, considerando o fluxo de aplicação da portaria do IPHAN sobre tombamento, conduzida pelo MIR e IPHAN.

Terceiro bloco: Posseiros, Ribeirinhos, Assentados e Fundo de pasto

Comunidade Ribeirinha do Braço do Roçado: A comunidade é composta por 37 famílias que vivem naquelas terras há mais de 30 anos e têm sofrido diversas ameaças. Fazendeiros têm invadido a área, derrubado cercas, casas e currais, alegando serem os proprietários das terras. Essas ameaças têm sido constantes. Em 2021, esses fazendeiros retornaram com máquinas e tratores, novamente derrubando cercas. Nessa época, um dos membros da comunidade desapareceu e foi encontrado morto na BR em frente à fazenda. Não houve investigação ou resposta sobre o ocorrido, e a comunidade deseja saber quem foi o responsável pelo desaparecimento e morte dessa pessoa.

Diversos moradores tiveram suas casas, roças e currais destruídos sendo obrigados a sair da terra. Atualmente, eles estão no local porque outros posseiros os apoiaram e cederam um pequeno pedaço de terra para que pudessem continuar trabalhando. Em 2017, na madrugada de um domingo, homens armados, utilizando máquinas e tratores, destruíram toda a área. Segundo os relatos, a terra pertence à União e os invasores não apresentaram qualquer documento ou autorização judicial para a ação. Quando a comunidade tentou registrar queixa na delegacia de Barra, o delegado não quis recebê-los, nem permitir que registrassem a queixa. Relatou-se também a prévia tentativa de prisão do ribeirinho que desapareceu e foi morto. A comunidade expressou seu desejo de ter o direito à terra para poder trabalhar, destacando que têm muito medo de que ocorra novamente um assassinato.

Assentamento de Crédito Fundiário São George: Localizada no município de Curralinho, a comunidade relatou que o assentamento enfrenta os mesmos problemas que a Comunidade do Curralinho. A área total do assentamento é de 346 hectares, porém, um fazendeiro tomou posse de 40% dessa terra, deixando as famílias praticamente sem área para trabalhar. O terreno, que já era pequeno, tornou-se ainda mais insuficiente para sustentar a comunidade após essa invasão. Essa apropriação indevida, segundo relatos, foi realizada por um grupo de portugueses que cercou 40% das terras do assentamento. Reivindicam a tomada de medidas necessárias para garantir que a área de 346 hectares, incluindo a parte invadida, seja devolvida à comunidade. Indicaram que esse mesmo grupo de portugueses tem invadido as terras de outras comunidades da região.

Comunidade Pedra Branca: Atualmente, 20 famílias vivem em Pedra Branca. Embora a comunidade não possua documentos que certifiquem sua identificação cultural e modo de vida, reconhecem-se como uma comunidade tradicional, de fundo de pasto e ribeirinhos. Alegam viver um drama contínuo há pelo menos sete anos, com pessoas tentando tomar parte de suas terras. A origem do conflito está em uma venda realizada por uma senhora da comunidade que, sem saber ler ou escrever, foi induzida a assinar documentos de venda de parte do território. No entanto, o comprador passou a reivindicar a totalidade da terra, erigindo cercas e a ordenando que as famílias removessem todos os seus pertences da propriedade. Durante esse período, todos os animais da família foram mortos.

A remoção das cercas foi determinada em decisão judicial. Os invasores, entretanto, aproveitam momentos de fragilidade da família para avançar sobre as terras. O conflito persiste de maneira intergeracional. Embora tenham conseguido retomar parte do território, enfrentaram dificuldades para registrar boletins de ocorrência (BO) e, até o momento, não obtiveram respostas satisfatórias das autoridades.

Segundo os relatos, o caso já foi levado ao INCRA e ao INEMA. Em 2019, um CEFIR foi emitido, mas recentemente descobriram que o documento não tem validade. Os invasores construíram cercas que abrangem metade da comunidade, empregando homens armados e utilizando drones para vigilância. Além disso, contam que quando seus animais atravessam as cercas desaparecem misteriosamente.

Comunidade Simão: Trata-se de uma comunidade de posseiros ribeirinhos. Quando as famílias chegaram ao local a fazenda estava vazia, sem moradores. Há 12 anos, 32 famílias se estabeleceram na área, mas recentemente um indivíduo exigiu que todos saíssem da propriedade, alegando que estava vendendo a fazenda. Ele ameaçou que, caso as famílias não saíssem voluntariamente seriam expulsas à força, inclusive passando um trator sobre suas moradias. Diante dessas ameaças 26 famílias já abandonaram a comunidade, restando apenas 6 que permanecem apesar do medo constante. Na comunidade existem crianças e idosos, aumentando a preocupação com a segurança.

Explicam que o empresário interessado em os expulsar contratou pistoleiros para intimidar as famílias. Apesar de esperarem que o empresário fosse resolver a questão de forma responsável, ele recorreu à violência, resultando na perda de plantações, animais e construções para os membros da comunidade. As famílias que resistem enfrentam constantes ameaças, com cercas derrubadas, plantações destruídas e até incêndios criminosos nas moradias. Apelam por providências urgentes, permitindo que as famílias possam trabalhar e garantir sua subsistência com segurança.

Comunidade Malhada: Trata-se de uma comunidade de posseiros ribeirinhos que relatam que um empresário está cercando a área onde vivem e anunciou que, após finalizar a cerca, derrubará as construções da comunidade. O fazendeiro tem agido de forma

intimidatória e os moradores temem o que pode ocorrer. A comunidade é composta por 15 famílias, algumas delas vivendo na área há 30 anos.

Um dos moradores compartilhou sua experiência ao tentar construir uma cerca em sua propriedade, quando o empresário apareceu para impedir, acompanhado de pessoas que se identificaram como policiais. Ele afirmou que mora no local há oito anos e que esse empresário é novo na região. Explicou que não recebeu qualquer documento oficial ou ordem judicial que justifique a proibição. Outro morador confirmou que estava construindo sua cerca, mas teve tudo destruído pelo empresário, que alegou ser proibido realizar qualquer construção na propriedade.

A comunidade explicou que este empresário alega ser proprietário da terra, mas, segundo os moradores, a área pertence à União, uma vez que se trata de antigas fazendas, abandonadas há 40 anos, onde as famílias se estabeleceram. Pedem ajuda ao INCRA para resolver essa situação, pois a polícia não tem atuado. O empresário continua a visitar frequentemente a comunidade, o que gera um clima de medo e insegurança entre os moradores, que se sentem ameaçados e em perigo, especialmente diante das ameaças de prisão após a conclusão da cerca.

Comunidade Umbuzeiro: Trata-se de uma comunidade de posseiros ribeirinhos, as famílias vivem nessas terras há 34 anos. Recentemente, um suposto proprietário alegou ter comprado as terras do antigo fazendeiro e tem tomado atitudes de forma agressiva, derrubando cercas dos posseiros e passando cercas no meio das propriedades, sem qualquer comunicação prévia com os moradores. Pedem ajuda para regularizar a situação, ressaltando que a comunidade é composta por sete famílias de posseiros que dependem da lavoura e do rio para sua subsistência. A insegurança gerada por essa nova situação tem causado preocupação entre os moradores, que temem por suas terras e meios de vida.

Antes de abrir a palavra às entidades da sociedade civil, foi mencionado o conflito na **Fazenda Queimada**. Não se trata de um conflito coletivo, contudo, têm ocorrido casos de ameaças de morte por um fazendeiro contra a família que vive no local. O caso será mais bem apurado pela Comissão Pastoral da Terra.

Os representantes do **Sindicato de Barra** destacaram que muitas demandas já foram abordadas anteriormente, mas enfatizaram a importância da segurança na região. Solicitam que o efetivo policial realize rondas até o Laranjal, uma vez que as comunidades enfrentam grandes dificuldades ao tentar denunciar crimes e registrar queixas. Ressaltam que, enquanto as queixas da comunidade muitas vezes não são registradas, as queixas dos fazendeiros são prontamente registradas e as audiências marcadas, obrigando os representantes comunitários a comparecer.

Além disso, mencionaram uma situação alarmante, onde policiais trabalham durante o dia, mas à noite prestam serviços de segurança armada para fazendeiros e empresários. Essa colaboração gera um cenário em que, quando os capangas dessas empresas cometem crimes contra a comunidade, as denúncias feitas não resultam em ações efetivas, já que os policiais estão intimamente relacionados com os agressores. O sindicato pede que a comissão encontre soluções para melhorar a segurança nos municípios de Barra, Ibotirama e Muquém de São Francisco.

André Sacramento, advogado e **Coordenador-Geral da AATR**, iniciou sua fala agradecendo a presença de todos os órgãos e representantes das comunidades. Ele ressaltou que o momento é oportuno para articular respostas que atendam às necessidades das comunidades. André enfatizou a importância da regularização e titulação de territórios, destacando que é fundamental que o estado e o governo federal mantenham um diálogo eficaz para resolver os problemas enfrentados na região, uma vez que a grilagem de terras constitui um desafio significativo.

Outro ponto abordado por André foi a necessidade de articulação entre o INCRA, a SDA e a PGE, mencionando que existem numerosas ações discriminatórias que estão atrasadas e aguardam a atuação da PGE. Ele se comprometeu a compartilhar o número dessas ações. André também levantou a questão da segurança das lideranças comunitárias, questionando como garantir sua proteção e a continuidade de suas atividades sem retirá-las de suas comunidades. Ele sugeriu que, além das rondas, deve-se avaliar alternativas que garantam a segurança das lideranças na defesa dos territórios, dos direitos humanos e dos direitos ambientais. Por fim, André comentou sobre a desarticulação da legislação ambiental, sugerindo que os órgãos do governo do estado da Bahia integrem seus cadastros para proporcionar um controle mais efetivo na concessão de licenças ambientais.

Taciana, representante da FUNDIFRAN, iniciou sua fala propondo uma reflexão sobre a presença de órgãos estaduais e federais, questionando a ausência dos órgãos municipais nas discussões. Ela destacou que os juízes frequentemente não reconhecem a terra da União, enfatizando a importância de estabelecer um diálogo com o judiciário. Taciana observou que, ao tentar registrar Boletins de Ocorrência (BOs), as comunidades frequentemente se deparam com dificuldades, pois os delegados muitas vezes veem os membros das comunidades como criminosos.

Ela sublinhou a necessidade de abordar a questão fundiária como uma forma de combater a fome, alertando que a morosidade tanto do judiciário quanto do executivo concede aos fazendeiros um poder que antes não possuíam, permitindo-lhes especular e tomar terras improdutivas. Taciana também ressaltou a importância de realizar um levantamento e fiscalização dos cartórios com o intuito de regularizar a documentação das terras.

Carivaldo, representante da CPT, informou que, anualmente, a Comissão Pastoral da Terra publica o caderno de conflitos, e, neste ano, a Bahia foi identificada como o estado com o maior número de conflitos. Ele enfatizou a importância de refletir sobre a atuação da polícia

nesses casos de intimidação e ameaças. Outro ponto levantado foi a dificuldade de contato das comunidades com os órgãos competentes, mencionando que muitas vezes ligam ou enviam mensagens sem obter retorno. Carivaldo solicitou a disponibilização de canais de comunicação efetivos para as comunidades. Ele também expressou sua preocupação com a situação fundiária dos povos indígenas, observando que existem vastas fazendas na região, enquanto se tenta reter as comunidades indígenas em territórios que devem ser compartilhados. Por fim apontou a ausência do IBAMA na Missão, citando problemas relacionados ao desperdício de água devido a bombas que lançam água em um canal a céu aberto.

Encaminhamentos:

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando a informação acerca de numerosas ações discriminatórias que estão atrasadas e aguardam a atuação da PGE, após o compartilhamento do número desses processos pela AATR, a Comissão, juntamente com o INCRA e a SDA, articulará com a Procuradoria Geral do Estado a priorização das ações em que há conflitos agrários relatados nesta missão. No caso de ações discriminatórias que dependam de decisão judicial, a CNEVC solicitará prioridade à Corregedoria do TJBA e do TRF1, além de encaminhar a listagem dos processos em que há mora judicial para o CNJ, para as providências cabíveis.

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando as denúncias de violências em face dos trabalhadores rurais da **comunidade Malhada**, supostamente pertencente ao INCRA, a Comissão diligenciará junto à SR/INCRA/BA sobre a situação fundiária da área e as medidas de proteção às comunidades tradicionais que ali residem.

Superintendência do MDA na Bahia: Considerando as denúncias de violências e esbulhos possessórios em relação à comunidade do **Assentamento de Crédito Fundiário São George** a SR/MDA/BA realizará diálogo com a AGU sobre a viabilidade de ajuizar medidas judiciais para a reintegração de posse dos lotes invadidos do referido Projeto.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos referentes à presença de fazendeiros e empreendedores estrangeiros fazendo uso da violência na região para avançar sobre os territórios de comunidades Ribeirinhas e de Fundo e Fecho de Pasto, inclusive certificadas, o MJSP irá mobilizar esforços junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e, nas áreas federais, à Polícia Federal para a garantia e promoção de segurança pública para as famílias da região.

3. VISITA AO POVO PANKARU

Ainda no dia 27 de agosto de 2024, durante a tarde, parte dos membros da Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo se deslocaram até a Terra Indígena Pankaru, ou Reserva Indígena Pankararu. Localizada no município de Muquém do São

Francisco, o território ocupa uma área de mil hectares. A ida da Comissão objetivou realizar a escuta da comunidade indígena e entender os relatos de violência no território.



Foram relatados casos de ameaças contra a comunidade, com derrubada de cercas, atuação ostensiva de pessoas armadas, impedindo o trânsito livre e constringendo as lideranças a saírem do território. Segundo narrado, o fazendeiro que possui áreas de interesse na região da comunidade alega que não recebeu os valores decorrentes de suposta indenização que deveria ser pago pelo INCRA/SPU quando da regularização do território.

Segundo o relatório enviado pela SEPRMI, o senhor Jayme Oliveira do Amor alega ter uma matrícula de uma propriedade chamada Fazenda Sempre Verde e Fazenda Paraíso com mais 2.300 hectares e requereu judicialmente a anulação do ato administrativo da cessão real de uso, porém sem resolução da lide até o presente momento.

Além disso, o sobrinho do senhor Jayme Oliveira do Amor, teria sido o responsável pela destruição das cercas e dos marcos do território, construindo novas cercas e criando gado dentro da área de uso da comunidade.

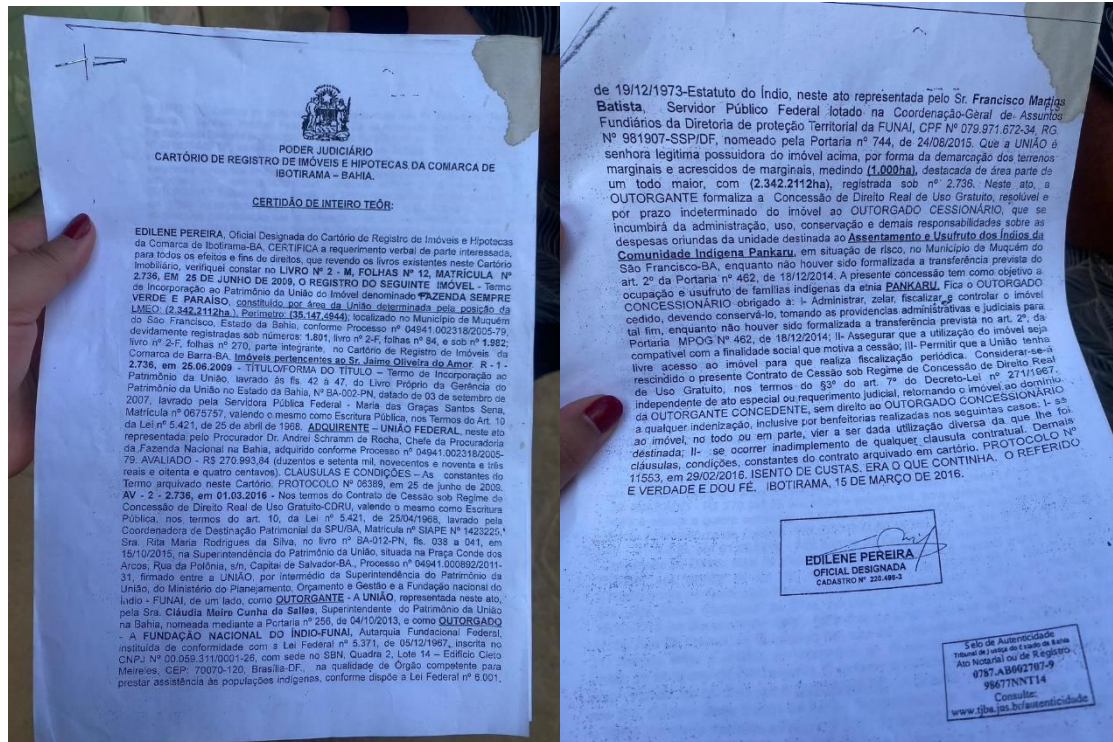
Por ocasião da visita, o GEMACAU realizou oitiva local com tomada de termo, para que fossem iniciadas as ações para apuração dos crimes relacionados à disputa territorial.



A equipe também se deslocou para verificação dos marcos do território, constatando diversos pontos de sobreposição de cercas, que parecem indicar o avanço da fazenda em prejuízo à reserva indígena, bem como a necessidade de novas placas da FUNAI para proteção do territorial.



Também destacamos que, em consulta à FUNAI, verificou-se que a área da reserva era de domínio da União (SPU) que fez a destinação para uso de famílias indígenas Pankaru, por meio de um Contrato de Cessão sob o Regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito, na localidade anteriormente conhecida como Fazenda Sempre Verde, conforme imagem.



De acordo com os relatos, a situação fundiária da reserva permanece vinculada ao contrato de cessão, sem, até o momento, qualquer informação indicando que a área será reservada nos termos do art. 26 da Lei 6.001/73.

A Comunidade relata possuir clareza dos limites do território que foram indevidamente invadidos e aponta no mapa onde os marcos da FUNAI teriam sido violados e onde há sobreposição de cercas. Por este motivo, a equipe registrou coordenadas geográficas com o objetivo de viabilizar a realização de verificação das áreas invadidas por meio da utilização de satélites e outras formas.

Ponto 1: 12°11'20.5"S 43°14'43.7"W | -12.189028, -43.245472

Ponto 2: 12°10'40.5"S 43°14'51.1"W | -12.177917, -43.247528

MAPAS DA ÁREA DA RESERVA

Na ocasião foi identificada, ainda, outra área da Fazenda Sempre Verde, que seria de propriedade da SPU e que seria doada ao INCRA para criação de áreas para os povos indígenas Tapuio e Potiguara. A Superintendência do INCRA verificou a área de interesse e irá apoiar no fornecimento das informações sobre a área.

Encaminhamentos:

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de intrusão da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá oficiar a FUNAI e a SPU solicitando a adoção de providências para proteção da posse dos indígenas, inclusive com a realização de nova fixação das placas dos marcos da terra indígena.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de necessidade de regularização fundiária da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá solicitar à SPU detalhamento das áreas de sua propriedade, para eventual verificação quanto a legitimidade de títulos concedidos e sobrepostos à gleba.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de intrusão da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá solicitar ao INCRA a realização de inspeção ocupacional na área da Fazenda Sempre Verde para identificação das ocupações e eventuais áreas de interesse federal para regularização, com destaque para marcos como cemitérios, povoados, construções, dentre outras.

4. OITIVA DAS COMUNIDADES EM SANTA MARIA DA VITÓRIA - CENTRO DE FORMAÇÃO CRISTO REI

No dia 28 de agosto de 2024, os integrantes da 4ª Missão da Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo deslocaram-se até o Centro de Formação Cristo Rei na cidade de Santa Maria da Vitória onde ocorreu a oitiva de comunidades da região.

Compuseram a mesa da audiência: Claudia Maria Dadico (CNEVC/DEMCA), Tytta Ferreira (SDA/MDA), Desembargador Cláudio Césare Braga Pereira (TJBA), Welton Luiz Costa Rocha (INEMA), Promotor Victor Matias (MPBA), Daniela Reis (MJSP), Fábio Tomaz (SGPR), Adinael Martins (SEPROMI), Débora Nicolosi Bomventi (SJDH), Regina Marcia Ferreira Bomfim (SJDH), Andréia Macedo (SDR/SDA), Escrivão Valdirenio Rocha (Polícia Federal), Major Éder Rosário (30ª CIPM), Delegada Giovanna Bomfim (CCF/GEMACAU), Capitão Gilney de Andrade Santos (PMBA/CIMCAU), Erinaldo Carvalho (INCRA) e Dr.ª Iara Maria Leão Toledo (DPE/BA).

Adotou-se a metodologia de blocos, onde inicialmente foram ouvidas as comunidades de fundo e fecho de pasto, em seguida as quilombolas e, por fim, oportunizou-se a manifestação de entidades da sociedade civil presentes. Após os cumprimentos da mesa e esclarecimentos iniciais, a palavra foi aberta aos representantes das comunidades presentes.



Primeiro bloco: Fundo e Fecho de Pasto

Fecho de Pasto Comunidade do Poço de Dentro: Relatou-se que desde 1980 a comunidade tem enfrentado processos de grilagem pela família Sobral Santos. Este fecho fica no município de Santa Maria da Vitória e faz parte dele, ainda, a comunidade do Mutum. Segundo os relatos, sofrem constantes ameaças e perseguições. Existe uma ação discriminatória que ainda não foi cumprida, e o Estado não concluiu a arrecadação das terras, que já foram identificadas como devolutas. Embora a legislação conceda prioridade às comunidades em conflito, essa prioridade não foi efetivada, deixando os moradores sem segurança territorial.

Um dos membros da comunidade relatou ter sido ameaçado pela família Sobral Santos, na porta de sua própria casa. Enquanto estava em sua residência, um membro da família Sobral cortou a cerca e, de forma ameaçadora, ordenou que saísse do local. A comunidade não tem acesso à energia elétrica nem a estradas. Além disso, parte da madeira da propriedade foi roubada, enquanto o restante foi queimado pelo invasor. Os moradores tentaram buscar ajuda das autoridades, mas por dois meses foram informados que não havia veículo disponível para a polícia realizar a perícia no local.

Além das invasões, há desmatamento, extração ilegal de madeira e roubo de gado, onde, de cada 20 vacas, 15 são furtadas. Desde 2011, a comunidade luta por seus direitos, mas teme que as próximas gerações não vejam o cerrado preservado. Enfatizam que as comunidades tradicionais são as verdadeiras responsáveis pela preservação do cerrado. Foram relatados casos de disparos de armas perto das moradias da comunidade e a presença de viaturas da polícia, que, embora não estejam disponíveis quando é necessária a realização de perícias, estão frequentemente no território intimidando os moradores.

A comunidade depende do cultivo de farinha e feijão para sobreviver, mas, devido às constantes ameaças e intimidações, estão impossibilitados de trabalhar. Solicitam que o

INCRA visite o local para realizar a medição das terras, e enfatizam a importância de manter o território para que seus filhos tenham um modo de vida e de sustento longe de organizações criminosas. Um dos membros relatou que sua avó era indígena da região, e que a comunidade sempre produziu e criou seus animais nesse território, mas agora enfrentam ameaças de morte em suas próprias casas. As ameaças começaram há cerca de quatro meses. Embora tenham registrado um boletim de ocorrência, nenhuma ação foi tomada até o momento. A comunidade comprometeu-se a enviar o BO e fotos das queimadas como provas do ocorrido.

Quando foram solicitados detalhes a respeito da presença dos policiais, a comunidade relatou que no dia da ameaça, os policiais que foram ao local estavam vestidos com uniformes de segurança e portavam armas, que foram mostradas de forma intimidatória. Não se sabe ao certo se pertenciam à Polícia Civil. Membros da comunidade afirmaram terem sido intimidados por Patrício, identificado por eles como grileiro e membro da família Sobral Santos.

Segundo os relatos, a Polícia Militar esteve no local em outra ocasião, quando membros da comunidade estavam em Santa Maria da Vitória. Curiosamente, nesse mesmo dia, a polícia teria informado à comunidade que não havia veículo disponível para realizar a perícia no local. Entretanto, enquanto ainda estavam fora, receberam telefonemas informando que a polícia estava no território, contradizendo a informação inicial sobre a falta de recursos para a realização da perícia.

Fundo e Fecho de Pasto Comunidade do Salobro: Relatou-se ameaça ocorrida há cerca de quatro anos. Um membro da comunidade havia plantado uma roça, e um motorista, após furar o pneu, pediu para guardar suas máquinas na propriedade, pois não tinha como transportá-las. No entanto, pouco depois, uma viatura policial chegou à comunidade com cinco policiais, que questionaram sobre as máquinas e também sobre sua moto e documentos pessoais. Durante a abordagem, peças das máquinas foram roubadas. O membro da comunidade foi à delegacia para relatar o caso, mas, por não saber o nome dos envolvidos, teve dificuldades para proceder. Além disso, o delegado ficou com seus documentos, incluindo a habilitação, e não os devolveu.

Ele também relatou outro incidente, onde 25 trabalhadores a cavalo estavam exercendo suas atividades quando se aproximou um carro com homens armados, que os abordaram com ofensas e ameaças. Alegou que a família Sobral é responsável por essa intimidação.

Fecho de Pasto Comunidade do Jacurutu: A comunidade está no município de Santa Maria da Vitória. Desde a década de 1980 o território sofre com conflitos sustentados pela grilagem. Entretanto, desde 2005 os conflitos têm se intensificado e a situação se agravou quando uma área de 8 hectares foi ilegalmente expandida para 5.000 hectares. Embora uma ação discriminatória tenha sido ajuizada, o processo permanece inconcluso. A comunidade solicita a intervenção da SDR/SDA e questiona o que as autoridades presentes podem fazer

para resolver o impasse. Afirmam que é fundamental que a ação discriminatória seja finalizada e que a regularização fundiária seja garantida, proporcionando a segurança necessária para as famílias que residem na área há gerações.

Relatou-se que os membros da comunidade têm vivido em constante insegurança devido à atuação dos grileiros. O avô de um dos membros da comunidade viveu quase 100 anos no território, e desde então, a comunidade tem sofrido com ameaças. Em 2006, houve um episódio de espancamento de membros da comunidade, além da destruição de cercas. A família Sobral Santos é considerada pela comunidade como mandante do espancamento. Alegam que, apesar de um boletim de ocorrência ter sido registrado, nenhuma providência foi tomada e que, inclusive, as próprias autoridades da delegacia têm dificultado o registro e o andamento dos casos.

A AATR prestou esclarecimentos sobre a situação da discriminatória. Esclareceu que essa ação, iniciada em 2012, está paralisada desde 2021. A PGE entrou com a ação, e houve contestações, sendo que boa parte da área em disputa é reivindicada pela família Sobral. Houve uma tentativa de conciliação, mas a comunidade não aceitou o termo proposto. Durante a fase de perícia, o Estado solicitou a nomeação de um perito do INCRA, que foi confirmado pelo órgão, porém o juiz não tomou uma decisão sobre essa nomeação. A última movimentação no processo foi realizada pela PGE em 2021, sinalizando interesse na continuidade da ação, mas resta pendente a designação do perito. O número do processo será fornecido.

A Dra. Iara, da Defensoria Pública, informou que a DPE decidiu atuar em conjunto com a AATR neste caso. Ressaltou que o Ministério Público não está envolvido diretamente na ação discriminatória, e a DPE pretende solicitar a inclusão do MP para que o caso possa ser acompanhado de forma mais próxima.

Fecho de Pasto Comunidade Destocado: A comunidade fica no município de Santa Maria da Vitória. Um dos membros relatou que, ao sair de seu território, foi abordado por homens em caminhonetes, que lhe deram um prazo de quatro dias para deixar o local, ameaçando matar seu gado e provocar um incêndio no local. Quando foram à delegacia para registrar boletim de ocorrência, tiveram que esperar horas para serem atendidos. Um mês após o ocorrido, sua casa foi incendiada, resultando na perda total de seus bens. O medo de ser assassinado permanece, pois, essas pessoas são extremamente perigosas, e o incidente ocorreu há cerca de três anos. O relato também menciona que há pessoas no Sistema de Justiça de Santa Maria que não agem de forma correta, demonstrando descaso com a situação.

Outro relato indica que no dia 14 de julho houve um ataque em que dois carros com homens fardados atearam fogo em várias casas com pessoas ainda dentro. Os agressores ordenaram que os moradores saíssem, e mesmo com as pessoas dentro das moradias,

incendiaram as casas. Membros da comunidade que estão na área há 50 anos estão entre as vítimas desse ataque e relatam que o responsável pelo incêndio foi um homem identificado como “Plautim”. Alegam que já haviam informado as autoridades e registrado os nomes dos pistoleiros nos boletins de ocorrência, mas sem sucesso na obtenção de retorno.

A comunidade relatou enfrentar dificuldades na regularização fundiária em razão de matrículas que são constantemente derrubadas e pela falta de apoio adequado para concluir o georreferenciamento e a regularização por meio de programas como o CEFIR e SIGEF. Além disso, apesar de já terem ocorrido reintegrações de posse, estas não foram cumpridas adequadamente, e a SDR/SDA ainda não esteve presente no local.

Além da destruição de moradias, os fecheiros têm sofrido agressões físicas e prisões injustificadas. Um dos relatos menciona que Plautim e outros pistoleiros agrediram uma pessoa por horas e a levaram para a delegacia, onde foi preso. Marcelo, um investigador da Polícia Civil, é mencionado como alguém temido pelos moradores devido ao seu envolvimento nesses casos de intimidação e agressão. Ele teria algemado uma pessoa em sua própria roça e levado até a delegacia, onde foi submetido a ameaças e espancamentos. Embora Marcelo tenha sido preso, está atualmente em liberdade, o que intensifica o medo da comunidade, que continua vivendo em uma situação de extrema insegurança.

Relataram que em 2016 uma viatura da Polícia Militar chegou à comunidade e expulsou os moradores de suas roças, derrubando suas casas. No entanto, os moradores voltaram ao local posteriormente. Em 2022, a Polícia Civil retornou e incendiou três casas. O primeiro ataque, ocorrido em 2016, foi registrado em boletim de ocorrência, e o policial Flávio Gagega estava presente. Na ocasião, membros da família Sobral estavam acompanhados de dois capangas e quatro policiais militares, além de Gagega. No ataque de 2016, os agressores estavam encapuzados, exceto Marcelo. Outros envolvidos, como Sidney e Bruno, também estavam presentes; embora não sejam policiais, atuam como seguranças na região, inclusive no hospital. Eles teriam apontado armas para a cabeça de um dos moradores durante o ataque.

A comunidade possui vídeos e fotos das queimadas e pretendem enviar esse material como prova dos ataques sofridos.

Comunidade Cachoeira: Esta comunidade ainda não tem a definição da autodeclaração enquanto Fecho de Pasto. A Comissão Pastoral da Terra irá providenciar os detalhes referentes a esta comunidade, uma vez que a demanda ainda é recente para a organização. Segundo os relatos, a Comunidade Cachoeira enfrenta um problema de disputa territorial relacionado a uma área de 127 hectares, dividida em 14 lotes, onde vivem 40 famílias. A comunidade possui um recibo de compra e venda dessa terra, que já data de mais de 20 anos, mas agora estão sendo ameaçados por outras pessoas que querem tomar posse do território. Relatam que desejam permanecer no local, onde já têm poços, moradias e outras estruturas.

Adinael Martins prestou esclarecimentos no sentido de que a Lei Estadual nº 12.910 de 2013 estabelece que o processo de certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto deveria começar e terminar na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). No entanto, em 2017, um decreto alterou esse processo, passando a exigir que ele também fosse encaminhado pela Casa Civil. Essa mudança resultou em um acúmulo de cerca de 150 processos parados na Casa Civil. Durante o Seminário de Fundo e Fecho de Pasto, realizado em julho em Salvador, houve um avanço no andamento desses processos.

Andreia Macedo explicou que as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto não recebem titulação, mas sim a Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Para isso, é necessário que as comunidades sejam certificadas pela SEPROMI, e, em seguida, façam a solicitação à SDR/SDA. Caso a medição de terras tenha sido realizada há muitos anos, é necessário refazê-la. Esse processo é considerado demorado devido às suas exigências legais. A CCDRU tem validade de 90 anos, podendo ser renovada.

Tytta Ferreira informou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) firmou uma parceria com a SDR/SDA para que esta assuma a regularização fundiária dessas comunidades. Entretanto, os recursos ainda não foram liberados em função do período eleitoral. Isso indica que haverá verba do MDA para apoiar a SDRSDA na regularização das terras das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

A delegada Giovanna destacou que o processo penal pode tornar as pessoas que denunciam vulneráveis, pois o Estado incentiva as denúncias, mas não consegue garantir, plenamente, a proteção necessária às vítimas e testemunhas de crimes. Ela elogiou a coragem das pessoas que denunciam, considerando o contexto de vulnerabilidade conhecido. Mencionou que, devido à atuação da Polícia Civil nas situações relatadas, as ocorrências foram encaminhadas para à CORREPOL, que atuou firmemente, nos eventos que vitimaram os integrantes da Comunidade Tradicional DESTOCADO. Quanto a isso, inclusive, mencionou que a Corregedoria da Polícia Civil, em parceria com a CCF/GEMACAU, inaugurou um olhar especial e atencioso para a apuração de desvios de servidores, em questões agrárias. Durante a atuação inédita em Santa Maria da Vitória e Santana, houve a prisão de um Investigador de Polícia que já foi beneficiado por soltura e responde ao processo em liberdade. Também em decorrência da atuação da CORREPOL, houve a decretação da condução coercitiva de 02 (duas) testemunhas que presenciaram crimes cometidos contra fecheiros. A delegada incentivou que testemunhas de outras comunidades sigam o exemplo dos integrantes da Comunidade do Destocado e façam denúncias. Ela afirmou que o Ministério Público de Santa Maria da Vitória estará próximo dos fecheiros e já firmou parceria com a CCF/GEMACAU. Reiterou-se o retorno da CCF/GEMACAU a partir de 28/10/2024, para atendimentos.

Durante essa atuação, houve a prisão de um policial civil, que já está em liberdade. Além disso, o GEMACAU já conduziu coercitivamente duas testemunhas relacionadas a um caso agrário. A delegada incentivou que testemunhas de outras comunidades sigam o exemplo da comunidade de Destocado e façam denúncias. Ela afirmou que o Ministério Público está próximo das comunidades e atuará junto com o GEMACAU, que estará no oeste

da Bahia a partir de 28 de outubro, sem previsão de retorno a Salvador, para atender as demandas das comunidades.



Encaminhamentos:

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos das comunidades que indicaram a existência de provas documentais, como registros em vídeo e registros fotográficos, a Comissão Pastoral da Terra irá reunir esses comprovantes e encaminhar à Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo.

Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais: Considerando os relatos das comunidades que indicaram a existência de inquéritos, processos administrativos e judiciais, a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais irá reunir os números desses autos e encaminhar à Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo.

Defensoria Pública do Estado da Bahia: Considerando os relatos sobre a ação discriminatória que envolve o Fecho de Pasto Comunidade do Jacurutu, a DPE/BA irá requerer a inclusão do Ministério Público do Estado da Bahia no processo, para seja acompanhado de forma mais detida.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando a morosidade observada como consequência da alteração dos procedimentos para certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, o MJSP irá emitir Nota Técnica endossando a necessidade de que esses procedimentos retornem aos moldes da Lei Estadual nº 12.910/2013.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Considerando os relatos trazidos pelo Fecho de Pasto Comunidade Destocado, o INEMA irá adotar as diligências necessárias para a realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) deste território.

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando os graves relatos de espancamentos, incêndios, furtos de animais, disparos de arma de fogo, ameaças

e desvio de conduta de autoridades, a CNEVC encaminhará estas informações à Corregedoria da Polícia Civil e à Corregedoria da Polícia Militar, para a adoção das providências cabíveis.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, a Comissão irá oficializar a Corregedoria da Polícia Civil para que realize inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Santa Maria da Vitória e na Delegacia Territorial de Santana, sobretudo no que se refere ao aparente atendimento parcial, a favor de proprietários rurais ou de negativa de registro de ocorrências.

Segundo bloco: Quilombolas

Comunidade do Quilombo Lagoa das Piranhas: A comunidade Lagoa das Piranhas, localizada em Bom Jesus da Lapa, relatou recorrentes incêndios criminosos nas áreas de quilombos e que, embora a comunidade tenha sido certificada pela Fundação Palmares há cinco anos e o RTID tenha sido concluído, a regularização fundiária permanece parada. O Ministério Público já acionou o Incra, a Fundação Palmares e a SPU para regularizar a situação, mas o processo não avançou. Apesar da sentença recente e do decreto assinado, não há atuação concreta do Incra no território, enquanto os supostos proprietários continuam suas atividades, incluindo desmatamento e ocupação das áreas de preservação permanente e áreas de LIMEO.

Conforme os relatos, esses supostos donos estão promovendo a construção de Resorts nas terras, que contam até mesmo com instalações de campos de futebol, divulgando-os em redes sociais e outdoors, além de soltarem drones para mapear as atividades no local. Destacou-se que, apesar de já haver o cadastro do território no CEFIR, os fazendeiros estão registrando as mesmas áreas, com outros nomes, no CAF.

Além disso, foi mencionado sério problema ambiental causado por projeto da Codevasf, que tem despejado resíduos na Lagoa das Piranhas desde 2010. Antes, a lagoa recebia águas limpas dos rios Corrente e São Francisco, mas agora as águas estão salobras e impróprias para o consumo. A comunidade, que dependia da lagoa para sua subsistência, agora precisa de água de caminhões-pipa. Foram descritos os efeitos nocivos da água contaminada, mencionando que até o sabão deixa de fazer efeito ao lavar louça e que a água tem contribuído para problemas de saúde, incluindo a morte recente de uma senhora da comunidade, vítima de um câncer agressivo. Há outros casos semelhantes na comunidade, em que as pessoas sentem dores intensas por alguns meses e logo após entram em óbito, o que os leva a crer que a causa é a contaminação da água.

Nesse ponto é importante destacar o momento de intensa emoção vivenciada por todos os presentes quando o representante da comunidade foi às lágrimas, lembrando o recente falecimento de sua esposa, vitimada por câncer, há menos de três meses da audiência. Para ele e outros integrantes da comunidade, o recente aumento dos casos de câncer na comunidade deve ser atribuído à degradação ambiental imposta à comunidade, notadamente à péssima qualidade da água para consumo das famílias, após a implantação do distrito de irrigação Formoso pela Codevasf.

A comunidade reforçou a necessidade de análises adequadas da água da lagoa, uma vez que os testes realizados pela Codevasf não seguem os parâmetros necessários para detectar a poluição existente.

A comunidade expressou preocupação com o fato de que os empreendimentos na região pretendem despejar essa água contaminada no Rio Corrente, o que poderia agravar ainda mais a poluição e afetar não apenas a comunidade, mas também todo o curso do rio. Além disso, mencionou que os fazendeiros estão desmatando áreas de LIMEO, loteando e vendendo terrenos que pertencem à União, o que traz mais prejuízos ao território.

Comunidade do Quilombo Barrinha: A comunidade, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, afirma estar no território há 300 anos. Apresentou documentação, anexa a este relatório, a respeito da situação do Quilombo. Relatam casos de violência e perseguição pelos fazendeiros que coagem membros da comunidade a promover a desarticulação comunitária. Têm sofrido também com a pressão da exploração turística e com ações de grilagem. Atualmente a comunidade é composta por 85 famílias que estão sem acesso a diversas políticas públicas como as de educação, saneamento básico e lazer. Afirmam que parte significativa do território quilombola são áreas de LIMEO banhadas pelo Rio São Francisco. Nesses locais, fazendeiros têm cometido crimes ambientais com a degradação do rio, desmatamento de Área de Preservação Permanente, extração de areia e implantação de parques solares.

Comunidade do Quilombo Fortaleza: Localizado no município de Bom Jesus da Lapa, o quilombo está inserido em situação de conflito, desde 2015, com fazendeiros de Sergipe. Citam nominalmente Carlos Cavalcanti e Alda Bomfim, sergipanos que vivem em Salvador. Em 2023, esses fazendeiros ameaçaram a comunidade, disparando tiros, e chegaram ao local com viaturas da Polícia Civil de Sergipe, intimidando as famílias e prometendo removê-las do território. A presença armada, aliada à contratação de uma empresa de segurança para retirar o gado das comunidades, deixou os moradores em constante estado de medo e vulnerabilidade. A comunidade possui vídeos e imagens que comprovam essas ações violentas.

O pedido principal da comunidade é a regularização fundiária do território, que garantiria sua segurança e impediria a expulsão pelas forças externas. O processo, que tramita na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) desde 2017, ainda não foi resolvido apesar da pressão crescente e da gravidade dos conflitos.

Sobre o ataque com viaturas sergipanas, segundo os relatos teria ocorrido durante a noite, quando agentes de Sergipe entraram no estado da Bahia e agiram como se estivessem em seu estado de origem. A comunidade acionou o Ministério Público Federal (MPF), que enviou um procurador e a Polícia Federal (PF) para investigar, mas até agora não há clareza sobre o desdobramento dessas ações. Não se sabe ao certo se a denúncia resultou em um inquérito.

No aspecto fundiário, o INCRA ainda não concluiu o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), mesmo diante de um cenário de conflito que se arrasta por quase uma década. Cerca de 60% do território é área da União, mas o processo de regularização não avança na SPU, apesar de a entidade já ter sido intimada. A comunidade acredita que a prioridade deve ser que a SPU finalize o processo para garantir segurança e estabilidade territorial.

Comunidade do Quilombo Barra do Parateca: A comunidade, localizada no município de Carinhanha, apresentou questões envolvendo fazendeiros que também são desembargadores e juizes. Ressaltou-se a importância de que a regularização tenha andamento, uma vez que o RTID foi publicado em 2015, mas o processo de regularização fundiária está parado no INCRA desde 2018.

Relatam que por influência dos fazendeiros, algumas pessoas da própria comunidade foram cooptadas para formar uma outra associação dentro do quilombo. O advogado dessa nova associação é filho de um desembargador, José Cupertino, que está envolvido na disputa territorial. Em 2011 os trabalhadores da comunidade foram removidos de uma área de reserva do INCRA por ordem do juiz Dr. João Batista, do Tribunal Regional Eleitoral de Vitória da Conquista. Na ocasião, a Polícia Federal chegou ao local e destruiu as plantações, e posteriormente, a Polícia Civil também apareceu. Esse episódio deixou a comunidade ainda mais vulnerável, já que as instituições que deveriam proteger estavam atuando contra eles. Desde então, muitas pessoas da comunidade faleceram sem receber o suporte da justiça ou das autoridades policiais.

Lideranças expressaram o medo constante por suas vidas, reforçando seu compromisso com o sonho da comunidade de regularizar suas terras e viver em paz. Muitas pessoas já deixaram o quilombo por falta de condições adequadas de subsistência ou medo, mas ainda desejam voltar para sua terra. Eles já buscaram ajuda junto ao governo do estado para avançar com a regularização fundiária, mas a resposta não foi suficiente até o momento.

Um depoimento mais detalhado explicou que a comunidade está cercada por fazendeiros e enfrenta sérias dificuldades, como a falta de espaço para moradia, com várias famílias vivendo na mesma casa. Não há energia elétrica para o quilombo, enquanto os fazendeiros ao redor possuem essa infraestrutura. Além disso, o gado dos fazendeiros está destruindo as roças que eles conseguem plantar, e a falta de condições dignas tem levado muitos jovens a deixarem a comunidade ou até mesmo a morrerem. Eles clamam por socorro e por uma solução para a titulação de suas terras, que lhes permita viver com dignidade e segurança.

Comunidade do Quilombo Lagoa do Peixe: A comunidade se localiza em Bom Jesus da Lapa. Em 2013, o INCRA realizou a avaliação do território e elaborou o RTID, o processo de demarcação estava prestes a começar. No entanto, com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, os trabalhos do INCRA foram interrompidos, e desde então não houve mais

progresso. A comunidade demonstrou dúvida a respeito de suposta caducidade do seu processo de regularização. Destacou-se também a existência de um conflito grave na área, onde o suposto proprietário continua a destruir cercas e a delimitar o território da forma que deseja, gerando uma situação de alta tensão, temem que uma tragédia possa decorrer desse contexto.

A comunidade fez críticas ao modelo de desenvolvimento adotado no país e destacou a necessidade urgente de que o processo de regularização fundiária seja retomado pelo INCRA, evitando a possível caducidade definitiva do caso e resolvendo os conflitos fundiários que ameaçam a segurança e a sobrevivência da comunidade.

Encaminhamentos:

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de regularização fundiária do Quilombo Lagoa das Piranhas, a Comissão irá oficiar a SPU/BA para que preste informações sobre a conclusão dos procedimentos.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando o impacto ambiental perceptível nos relatos sobre crimes envolvendo a venda irregular de lotes, a usurpação de bem da União nas áreas de LIMEO e a supressão da vegetação, nas comunidades de Lagoa das Piranhas, Quilombo Barrinha, a Comissão encaminhará os fatos relatados e os estudos elaborados à Polícia Federal.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos do Quilombo Lagoa das Piranhas sobre graves impactos socioambientais decorrentes da atuação da CODEVASF, sobretudo quanto à poluição da Lagoa das Piranhas, a Comissão fará diálogo com o representante do Ministério Público Federal que atua no caso e oficiará à CODEVASF solicitando a adoção de medidas que mitiguem os impactos.

Secretária-geral da Presidência da República: Considerando os relatos trazidos pelos representantes das comunidades quilombolas, a SGPR irá incluir estas comunidades no escopo da Mesa de Diálogos sobre Perímetros Irrigados.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos de supressão da vegetação, a CPT irá recolher, junto às comunidades, as coordenadas geográficas onde estes episódios têm ocorrido e encaminhará à CNEVC que, por sua vez, encaminhará as denúncias ao Inema e à Polícia Militar.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de supressão da vegetação, a CNEVC encaminhará à Polícia Federal as coordenadas geográficas levantadas pela CPT em parceria com as comunidades, solicitando investigação quanto aos crimes ambientais.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Secretaria do Patrimônio da União: Considerando os relatos de necessidade de regularização fundiária do Quilombo

Fortaleza, INCRA e SPU irão diligenciar a emissão de TAUS em caráter provisório, priorizando este território diante do grave caráter do conflito.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos de atuação da Polícia Militar do Estado de Sergipe no Quilombo Fortaleza e a informação de que a Polícia Federal já instaurou inquérito sobre este caso, o MJSP irá realizar o monitoramento desse inquérito.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando a correlação existente entre os casos de grilagem, loteamentos e ameaças no Quilombo Fortaleza, o MJSP diligenciará pela ampliação do escopo investigativo do inquérito já instaurado para que abranja, também, a investigação relativa aos fazendeiros de Salvador mencionados pela comunidade.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da comunidade do Quilombo Barra do Parateca, a Comissão irá solicitar ao INCRA a retomada e priorização da regularização deste território em razão da situação de grave conflito.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da comunidade do Quilombo Barra do Parateca com relação a derrubada de matrículas na área de LIMEO, a Comissão irá solicitar à SPU diligências necessárias para a concessão provisória de TAUS.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos de cooptação de membros das comunidades quilombolas para que apoiem projetos de loteamento de seus territórios, o MJSP em parceria com o Ministério da Igualdade Racial realizará oficinas em comunidades da região como método de combate às estratégias de enfraquecimento da luta quilombola.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a complexidade dos casos trazidos pelas Comunidades Quilombolas, a Comissão irá articular reunião entre o Ministério das Relações Raciais, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Secretaria-geral da Presidência da República, a Superintendência do Desenvolvimento Agrário do MDA na Bahia e a Secretaria do Patrimônio da União, para buscar soluções priorizando a garantia de posse das comunidades.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos da Comunidade Cachoeira sobre a necessidade de regularização fundiária, a CPT irá reunir a documentação desta comunidade e enviar para a CNEVC, para que se elabore um planejamento de atuação neste caso.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os diversos relatos de dificuldade de acesso à energia elétrica e o fato de que este direito independe da regularização fundiária, a CPT irá realizar um levantamento de todas as comunidades que enfrentam esta questão, especificando quais são PCTs, e enviará para a SGPR que incluirá referidas comunidades como prioridade na meta de universalização do acesso à energia elétrica.

Após o estabelecimento dos encaminhamentos, a palavra foi aberta às entidades presentes.

Euziene, secretária do **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória**, também representando a Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, relatou que o sindicato já enfrentou situações graves de repressão. Um ex-presidente do sindicato teria sido preso por assinar uma carta em que classificava como injusta uma decisão judicial desfavorável à comunidade. Além disso, uma agente pastoral da terra, que também foi presa, sofria de câncer e, após a prisão, seu estado de saúde piorou, levando-a ao óbito. Euziene colocou as instalações do sindicato à disposição da comunidade e compartilhou que se sente ameaçada devido à sua atuação. Ela mencionou que passa frequentemente perto dos escritórios dos fazendeiros, onde há pistoleiros, e vive em ruas mal iluminadas, temendo possíveis ataques.

Arielle, representando a AATR, agradeceu o espaço e destacou a presença de muitas terras devolutas na região, ressaltando a necessidade de um trabalho conjunto entre a SDA, o Incra e o Judiciário, visando acelerar os processos e evitar que as ações se arrastem por tanto tempo. Além disso, enfatizou a importância de solucionar os problemas relacionados à segurança pública para que a paz possa ser restabelecida no campo.

Jardel, da Campanha Contra a Violência no Campo, enfatizou a relevância da troca de escutas e sublinhou a importância das devolutivas. Ressaltou que a violência no campo é organizada e estruturada, não ocorrendo de maneira aleatória; ela é direcionada e conta com coniventes, muitas vezes envolvendo pessoas do próprio Estado. O caderno de conflitos da CPT tem alertado, nos últimos dez anos, para o crescimento da violência no campo, com a Bahia se destacando como o estado com o maior índice no Brasil.

Jardel explicou que o problema central é o modelo de desenvolvimento que se pretende impor nas terras que as comunidades ocupam. Além disso, ele destacou que, ao abordar as emergências climáticas e ambientais, são as comunidades tradicionais e pequenos agricultores que cuidam do meio ambiente. Jardel concluiu que esse problema pode ser resolvido por meio da reforma agrária e que, enquanto isso, é fundamental continuar lutando e dialogando pela construção da paz no campo.

Julita, representando a CPT, agradeceu a presença das comunidades e expressou sua satisfação em ver a Comissão presente, assim como o comprometimento dos agentes públicos. Ela mencionou que Jardel e Arielle abordaram a questão fundiária e chamou a atenção para as fraudes de licenças que ocorrem na região. Julita agradeceu a presença do INEMA e manifestou preocupação com a perda de credibilidade que essas fraudes trazem para o órgão.

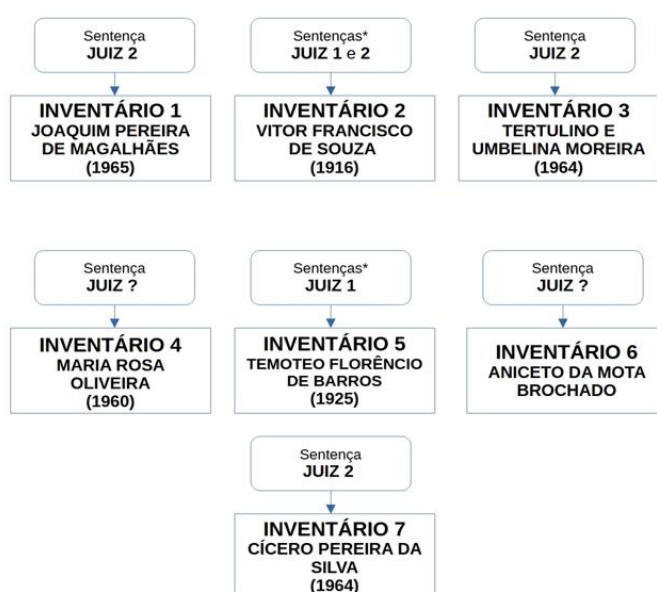
Por fim, a SEPRMI realizou a entrega de certificações para algumas das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto presentes.

5. APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS

No dia 29 de agosto de 2024, as atividades da Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo aconteceram na Escola Municipal Anísia Silva Moreira, no município de Correntina. Antecedendo a audiência das comunidades, foi realizada uma apresentação da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais. Esta apresentação, voltada para os membros da CNEVC e seus convidados, buscou demonstrar especificidades do contexto de grilagem na região da Bacia do Rio Corrente. A exposição oral foi realizada pelo Dr. Maurício Correia Silva e o material de apoio utilizado por ele está anexo a este relatório.

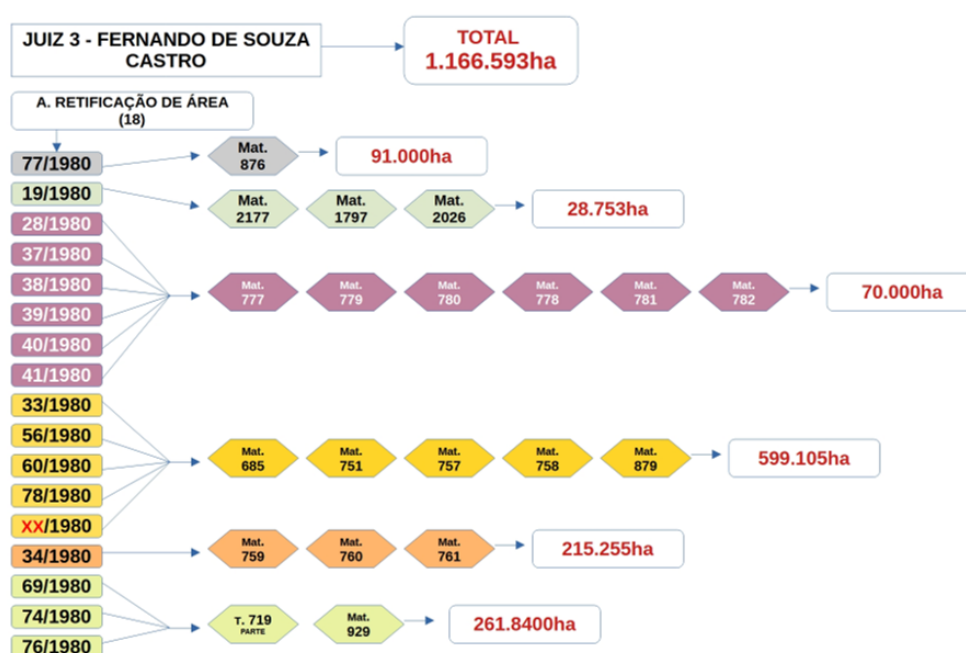
Na Bacia do Corrente as áreas comunitárias abrangem 369.731 hectares. A região é caracterizada pela presença de numerosos rios, portanto, a questão da água está intimamente relacionada à questão fundiária. Em 2019, foram registradas 40 áreas de fecho de pasto pela SDR/SDA, sendo que apenas um fecho não foi discriminado. As delimitações da SDR/SDA realizadas em 2019 visavam a varredura desses fechos, priorizando os casos mais conflituosos. Entretanto, já existem sobreposições de áreas privadas, com fazendas formalmente sobrepostas aos fechos. Essas delimitações estão organizadas em quatro blocos de territórios.

Entre 1980 e 1984, foram desmatados 137 mil hectares. Um grupo de empresas, composto por organizações criminosas complexas com divisões de tarefas, adquiriu áreas por meio de procurações e assinaturas falsas. Esses dados são públicos e baseiam-se em processos judiciais e administrativos. Em grande parte das áreas dos fechos, as origens dos títulos estão vinculadas a sete ações de inventário, que formalmente somam 1,5 milhão de hectares grilados. Além desses, existem ainda outros inventários.



Trinta por cento da área da bacia está relacionada a esses sete inventários, que apresentam posses em comum. Essas áreas eram de posse e não de propriedade. O que consta nos inventários não se refere a registros de propriedade. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) já realizou esse levantamento. Existem fraudes grosseiras, assim como outras mais sofisticadas. Um exemplo disso são duas transcrições que envolvem diversos herdeiros; para cada um deles, foi gerada uma matrícula falsa. Para dificultar o rastreo, foi criada uma malha de fusão de desmembramentos, complicando a identificação das origens das matrículas, mesmo com as certidões em mãos. A matrícula 777, por exemplo, pertence ao deputado Pedro Correa, que foi preso em um esquema de corrupção.

As transcrições referentes a essas matrículas mencionavam valores em cruzeiros e mil réis. Com base nesses valores, foram ajuizadas ações de revisão de área, resultando na retificação de todas as áreas em um período de oito meses. O juiz Fernando de Souza Castro assinou um total de 1.166.593 hectares. Isso corresponde a parte das 19 ações existentes, sendo que há um total de 40 ações. Chegando a 40 ações, é possível que o total se aproxime do dobro. A matrícula 22/80 originou outras quatro, e cada uma delas gerou aproximadamente 150 novas matrículas, todas elaboradas com a mesma técnica. Dessa forma, o conjunto de inventários abrange quase 1,5 milhão de hectares.



É relevante mencionar as retificações realizadas em 1980, durante a CPI da grilagem em andamento na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). O Ministério Público recorreu em diversas dessas ações, muitas das quais ainda estão em tramitação. Há apelações e ações anulatórias, uma vez que o juiz foi transferido, mas continuou assinando decisões. Em alguns

casos, não foram tomadas providências a pedido do procurador de justiça da época. Essas informações estão disponíveis no arquivo público do Estado da Bahia, mas o estado não foi citado em nenhuma dessas ações. Nas sentenças, o juiz retifica as áreas e insere uma ressalva, como se essa ressalva fosse suficiente para afastar o prejuízo ao estado.

AS 40 AÇÕES DE RETIFICAÇÃO DE ÁREA (1980) E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EM 1985

APELAÇÃO	AÇÃO ANULATÓRIA	SEM PROVIDÊNCIAS
29/1980 → CUP	42/1980 → João de Souza Albuquerque	21/1980 → Ana de Souza Araújo e outros
33/1980 → Maria Florência Gonçalves	43/1980 → Alcebiades Pereira Barbosa	25/1980 → TRIFLORA Ltda. e outros
34/1980 → Ana Florência Gonçalves	51/1980 → Joselino de Queiroz Caldas e outros	29/1980 → Paulo F. da S. Meireles e outros
38/1980 → Pietro Medeiros de Carneiro Júnior	57/1980 → Alípio Francisco de Souza	35/1980 → José Florêncio da Rocha Neto
39/1980 → Oscar Windmuller	61/1980 → Manoel Pereira de Castro	37/1980 → Edgard Khaffif
40/1980 → Aziz Nader Sobrinho	63/1980 → Manoel Pereira da Silva	50/1980 → Rita de Souza Amaral
41/1980 → Pedro da Silva Corrêa de O. A. Neto	81/1980 → João Moreira dos Santos	74/1980 → Carlos Finocchio Volpini
56/1980 → Maria Florência Gonçalves	82/1980 → [ilegível] Barbosa de Almeida	75/1980 → José Braz Gomes
58/1980 → Antônio Perreira de Abreu	83/1980 → João Antônio da Trindade	76/1980 → Alice Ferreira de Souza
59/1980 → Antônio Perreira de Abreu	84/1980 → Pedro de Souza Ramos	77/1980 → Maria Nice Magalhaes Ferreira
60/1980 → Maria Florência Gonçalves	85/1980 → José Malta Lessa	96/1980 → Euclides Moreira Alves
	88/1980 → João Francisco de Souza	62/1980 → Joana Benícia da Silva
	90/1980 → Hermelino José da Silva	69/1980 → Manoel Cândido de Matos
	95/1980 → Enes Moreira Magalhães e outros	70/1980 → Manoel Cândido de Matos
		79/1980 → Raimunda Maria dos Santos

Essas ações estavam arquivadas no cofre do Banco do Brasil em Correntina, conforme certificado pelo escrivão da justiça estadual da localidade. O Processo Judicial Eletrônico (PJE) possibilitou o acesso a essas ações, sendo que parte delas ainda não está digitalizada. Observa-se um esforço para manter essas ações em segredo. As comunidades não reconhecem sequer os nomes das pessoas envolvidas nessas ações.

É importante diferenciarmos a apropriação formal e a apropriação física. A apropriação formal ocorreu na década de 1980, seguida pela apropriação física, que se manifestou através do desmatamento. Muitas matrículas indicam a autorização verbal do juiz de direito para a abertura de matrícula para as posses. No entanto, a sentença não é suficiente; é necessário o destaque para abrir a matrícula. As ações de retificação tramitaram em média sete dias. A advogada Maria do Socorro Sobral, mencionada na atividade em Santa Maria da Vitória, é apontada pela AATR como uma das articuladoras desse esquema.

Algumas dessas matrículas foram canceladas. Em 1985, quando o juiz recebeu as apelações, ele mandou bloquear as matrículas. O cartório foi oficiado, mas nenhuma providência foi tomada. No entanto, novos inventários resultaram na abertura de novas matrículas. Evandro Filar foi indicado pela AATR como o cartorário responsável por esse processo. Explicam que esta situação é uma questão sistêmica e que embora estejam citando

indivíduos, o contexto da operação Faroeste é muito semelhante a esse. Existem algumas sofisticações que evidenciam o poder econômico desses grupos.

Não se tratava apenas de grilagem nessa região; havia também trabalho infantil, trabalho escravo e diversas formas de violência. Eram áreas ocupadas por plantações de eucalipto. Em 1987, esses projetos faliram, e foi nesse contexto que chegaram os gaúchos e os produtores de soja.

Sobre a apropriação física, em 1984 eram 137 mil hectares. Durante os anos 1990, houve um aumento gradual, mas significativo. Ao longo do tempo, os fechos foram sendo encurralados. Em toda a bacia, no ano 2000, eram 639.520 hectares desmatados. Entre 2000 e 2020, foram desmatados 880.721 hectares, representando um desmatamento maior em vinte anos do que em todo o período anterior. A corrida pelo desmatamento é, portanto, uma corrida para consolidar a grilagem dos papéis.

Uma das estratégias é: se uma fazenda tem um dono, ela é dividida em partes. Em vez de o estado entrar com uma ação contra uma empresa, ele teria de entrar com sete ações diferentes, o que dificulta a citação. O fracionamento é uma realidade nesse contexto. Por essa razão, a SDR/SDA não pode simplesmente afirmar que vai fazer um contrato, pois não há terra arrecadada disponível.

A AATR explicou ainda um outro fenômeno, a Grilagem Verde. Refere-se à existência de condomínios de reservas ambientais, especialmente na região do MATOPIBA, como em Capão do Modesto. Muitas vezes, esses condomínios são formados por grupos que se juntam, mas nem sempre é essa a situação.

Evidenciam que os grupos operadores desse esquema incluem advogados, cartorários, oficiais do Exército, como João de Oliveira Figueiredo, oficial da Aeronáutica, e pessoas que atuavam no IBAMA.

O Ministério Público atuou na região e realizou um saneamento, revisando todos os processos e intimando as partes autoras. O Dr. Matheus extinguiu muitas dessas ações, resultando em matrículas sem sustentação, pois a ação foi extinta sem resolução do mérito. A AATR destaca que não há como a Procuradoria Geral do Estado não dialogar com o MP, uma vez que, em algumas situações, a discriminação é feita com base nas ações do MP. Vários desses processos ainda estão em tramitação, e a situação não está completamente consolidada, mas o desmatamento continua.

Em relação aos cartórios, Jaborandi se emancipou em 1985, no mesmo ano do bloqueio. Quando o bloqueio ocorria em Correntina, as pessoas iam ao cartório em Jaborandi e abriam novas matrículas. O processo é uma verdadeira "dança dos cartórios", explicam que a maior parte das transcrições vem de Santa Maria da Vitória, vai para Correntina e, em seguida, é transferida para Jaborandi.

A AATR explicou que não vislumbram a possibilidade de um único órgão resolver essa situação; sendo necessária a formação de um Grupo de Trabalho (GT) que incluía o INEMA, uma vez que grande parte das propriedades foi consolidada com desmatamento autorizado.

6. AUDIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL ANÍSIA SILVA MOREIRA EM CORRENTINA

Neste mesmo dia 29 de agosto de 2024, a Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo realizou oitiva das comunidades da região na Escola Municipal Anísia Silva Moreira, no município de Correntina.

Compuseram a mesa da audiência: Claudia Maria Dadico (CNEVC/DEMCA), Daniela Reis (MJSP), Fábio Tomaz (SGPR), Tytta Ferreira (SDA/MDA), Erinaldo Carvalho (INCRA), Desembargador Cláudio César Braga Pereira (TJBA), Delegada Giovanna Bomfim (CCF/GEMACAU), Delegado Helio Barbosa Costa Filho (Corregedoria da Polícia Civil), Capitão Gilney de Andrade Santos (PMBA/CIMCAU), Capitão Albuquerque (Alto Comando PMBA), Adinael Martins (SEPROMI), Andréia Macedo (SDR/SDA), Débora Nicolosi Bomventi (SJDH), Welton Luiz Costa Rocha (INEMA) e o Escrivão Valdirenio Rocha (Polícia Federal).

Relevante registrar a presença de estudantes das seguintes instituições de ensino: Escola Municipal Anísia Silva Moreira, Escola Municipal Manoel Rodrigues, Escola Família Agrícola de Padre André e Escola Municipal Divino Espírito Santo.



Inicialmente foram ouvidos **representantes idosos das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto** de Vereda da Felicidade, Capão do Modesto e Parapombas. Os relatos foram de que até 2013, a vida era tranquila e que desde então, não há mais essa tranquilidade. Hoje, ao passarem pelas estradas são constantemente importunados. Afirmam que a felicidade que existia foi substituída pelo medo.

Contam que estão na região desde a infância e hoje são impedidos de chegarem ao local onde trabalham desde sempre. Segundo os relatos, levando gado aos seus territórios há

muitos pistoleiros armados que afirmam que as terras pertencem aos seus patrões. Afirmam que eles possuem documentos cuja origem é desconhecida e que forçam as pessoas a desocupar suas áreas. Alegam que os pistoleiros estão armados com armas pesadas e que a comunidade não está armada. Dizem que se a comunidade estivesse armada, a polícia tomaria suas armas, mas não toma as dos pistoleiros. Lamentam que as pessoas nascem e crescem no local onde seus familiares envelhecem e morrem, para que pessoas de fora se apropriem dizendo ser donas da terra.

Comunidade do Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade: O representante solicitou esclarecimentos ao INEMA, relatando que a comunidade tem sofrido várias agressões físicas e ambientais. Segundo ele, tanto o INEMA quanto a Secretaria de Meio Ambiente têm desrespeitado os direitos das comunidades ao não realizar as consultas prévias. As comunidades, que conhecem a área dos gerais e suas nascentes, não são ouvidas. Quando pedem informações, recebem respostas técnicas de outros locais e apenas são informados que podem liberar a supressão de vegetação e perfuração de poços. O representante ressalta a necessidade de consultar a comunidade local.

Existem cinco nascentes neste território que, no passado, já sofreram desmatamento criminoso, resultando na perda significativa de vazão. Existem registros que comprovam quantos quilômetros de água foram perdidos na primeira ação dos grileiros do agronegócio. Em 2023, o desmatamento das cabeceiras foi autorizado, o que causou o secamento da nascente de Morrinho. O representante responsabiliza a Secretaria de Meio Ambiente de Correntina e o INEMA por esses danos e afirma que ações criminais serão movidas contra os órgãos, pois acredita que a situação decorre de incompetência ou má fé. Ele acrescenta que vários dossiês já foram elaborados, inclusive em nível internacional, e que o desconhecimento não pode ser alegado, já que o Fecho tem certificado de comunidade tradicional desde 2015 e uma ação discriminatória judicializada desde 2021. Mesmo assim, o INEMA continua autorizando a supressão de vegetação em seu território. A comunidade questiona a legalidade dessas autorizações e acredita que o INEMA e a Secretaria de Meio Ambiente de Correntina são coniventes com os crimes ambientais, já que diversas denúncias foram feitas.

A comunidade relata ter enfrentado dias terríveis, com grileiros financiando pistoleiros para atuar em suas áreas. A situação chegou a um ponto em que precisam do apoio da polícia para ingressar em seu próprio território. Tanto na Vereda da Felicidade quanto no Cupim, a violência é constante. Três pessoas de Cupim foram atingidas por balas disparadas por pistoleiros, e essas pessoas quase perderam a vida. Um grupo de 30 pessoas da comunidade também foi surpreendido e alvejado por tiros, e três delas ainda carregam balas em seus corpos, sendo que uma foi alvejada a apenas um centímetro da coluna.

O Ministério Público local também foi mencionado. Segundo os relatos, o promotor anterior costumava receber e ouvir as demandas da comunidade, mas o atual promotor transferiu o processo de tentativa de homicídio que ocorreu no Cupim para Bom Jesus da Lapa, tratando-o como uma questão ambiental, mesmo sendo uma tentativa de homicídio.

Afirmam que a SDR/SDA têm marcado reuniões com os fecheiros e agricultores, prometendo soluções, mas, segundo o representante, essas promessas não são cumpridas. Explicam que a SDA, desde a época da CDA, firma acordos com os trabalhadores, mas apenas cumpre compromissos em áreas sem conflitos, evitando as áreas mais críticas. Sobre as propostas de CCDRU, a comunidade entende ser importante, mas afirmam que isso só pode acontecer após a limpeza do território e a eliminação das matrículas fraudulentas, além da retirada da grilagem. Para a comunidade, até que essas questões sejam resolvidas, nenhum território dos fechos coletivos está apto para receber esse contrato.

Por fim, as ações discriminatórias judicializadas foram mencionadas. A comunidade afirmou que não sabe quais áreas foram discriminadas. Até o momento, não há clareza sobre o perímetro discriminado no processo, e as comunidades exigem saber qual foi essa delimitação.



Comunidade do Fecho de Pasto do Gado Bravo: O representante deste Fecho compartilha pertencer à sexta geração da comunidade tradicional no Vale do Arrojado, em Correntina. Destacou o longo histórico de grilagem que a comunidade tem enfrentado. Ele é descendente de geraizeiros, sendo filho, neto e bisneto de pessoas que já viviam no cerrado, e afirmou que desde sua infância ouve histórias sobre o sofrimento causado pela grilagem. Seu avô, em 1980, precisou fugir da região por conta da grilagem, mas seu pai não teve a mesma oportunidade. A situação, segundo ele, é insuportável.

Enfatizou que a violência na região tem sido passada de geração em geração. No ano passado, um membro da comunidade foi baleado e muitos continuam a receber ameaças constantes. Afirmou temer que seus filhos vivam na mesma insegurança. Ressaltou que as comunidades tradicionais da região são responsáveis pela preservação das áreas naturais, mantendo as nascentes vivas. Alega que onde há geraizeiros e fecheiros, há água. Explica que, no entanto, o estado tem ignorado essa realidade, permitindo que essas áreas sejam gradualmente tomadas. Indica que não foi desmatado são apenas as reservas das fazendas,

e os fazendeiros estão tentando alocar suas reservas dentro das áreas das comunidades, impedindo que estas possam exercer seu modo de vida tradicional.

A respeito das ações discriminatórias, lembrou que na época da CDA as comunidades eram incluídas nesses processos. Hoje, contudo, as ações discriminatórias estão paradas. Pedem por mais segurança para o povo e providências para o bloqueio e cancelamento de matrículas fraudulentas. Foi citado como exemplo um caso específico de uma matrícula que originalmente correspondia a 17 hectares, mas que foi retificada em Correntina para mais de 200 hectares e, atualmente, já abrange 60 mil hectares. O crescimento dessa matrícula tem causado grande sofrimento às comunidades.

Ele alertou que, em Correntina, 60% da população era composta por agricultores, mas muitos estão sendo expulsos de suas terras e forçados a morar em favelas em Goiânia e Brasília. Pedem que o estado tome providências urgentes para garantir os direitos dessas comunidades.

Comunidade do Fecho de Pasto de Boi Arriba e Abaixo: A representante expressou profunda emoção ao falar sobre o cerrado, destacando que falar dessa região é falar de vida, e que a vida no cerrado está diretamente ligada à água. Ela relatou que sua terra e seus recursos hídricos estão sendo roubados e que a comunidade tem sido expulsa de suas áreas. Desde 2021, os membros da comunidade não conseguem circular livremente em seus territórios, pois, ao tentarem acessar o fecho, enfrentam a presença de pistoleiros. Contou que em 2021 se depararam com forças policiais dentro do fecho.

Ressaltou que o fecho possui nascentes, que uma já secou completamente e que outras duas estão perdendo vazão. Uma dessas nascentes já não brota no local de origem e em breve não haverá mais água. Afirma que o Rio Corrente também está secando e que isso é visível a todos. Destacou a importância do cerrado para a comunidade, que está defendendo seu território e modo de vida. Alega haver um desrespeito ao direito constitucional dos povos e comunidades tradicionais. Explica que se trata de uma invasão sistemática das terras, e os verdadeiros filhos da terra estão sendo expulsos, o que ela considera extremamente injusto, sem perspectivas para o futuro de seus filhos.

Relatou que a comunidade é impedida de plantar em seus fechos, sendo barrada pela Secretaria de Meio Ambiente, enquanto o INEMA permite que os grileiros desmatem e explorem essas áreas. Ela afirmou que vivem em condições indignas. Indicou que foi informada que a Associação do Boi Arriba e Abaixo receberá uma certificação da SEPROMI. No entanto, embora essa notícia traga satisfação, também gera preocupação, já que outras comunidades certificadas têm sido ainda mais ameaçadas.

Compartilhou o medo que acompanha a certificação, pois pessoas que afirmam ser donas das terras, como Silvério Teles Baeta, têm feito ameaças constantes à segurança da comunidade e cometido ataques. Há dois anos, houve uma audiência onde todos esses pontos já foram levantados, mas até agora nada foi feito. Ela encerrou sua fala pedindo por

ações concretas, dizendo que não querem continuar apenas falando sobre o problema, mas sim ver medidas efetivas sendo tomadas.

Comunidade do Fundo e Fecho de Pasto do Capão do Modesto: O representante da comunidade relatou que está sendo perseguido desde 2002, afirmando que não consegue dormir em paz em sua própria casa devido às invasões de pistoleiros. Ele mencionou que já registrou 32 boletins de ocorrência na delegacia de Correntina, mas até o momento nada foi feito para prender ou afastar os pistoleiros. A situação de ameaças é constante e afeta toda a comunidade, e ele ressaltou que as autoridades parecem inertes diante da gravidade da situação.

O representante destacou que quem mais envia pistoleiros para a região é Luís Carlos Braga Massa, descrito como dono da Butão e presidente da IBA, atuante no agronegócio. Além disso, ele afirmou que a delegacia de Correntina só aceita registrar boletins de ocorrência com a presença de um advogado, o que dificulta ainda mais o acesso da comunidade à justiça.

Ele também mencionou que a empresa Xingu está invadindo o Fundo e Fecho de Pasto do Capão do Modesto, o que, segundo ele, é uma situação inadmissível, e cobrou ação das autoridades competentes para resolver o conflito e proteger os direitos das comunidades tradicionais.

Comunidade do Fecho de Pasto Porto Guará/Pombas: O representante relatou que a área do fecho conta com três nascentes e que a comunidade tem sofrido constantes ameaças relacionadas à grilagem verde. Ele destacou que, apesar de todas as dificuldades, o povo permanece unido e resiste às investidas de grileiros. No entanto, a comunidade já foi expulsa de suas terras em 2019, quando três pistoleiros armados os forçaram a sair da área próxima ao rio, impedindo que continuassem com suas atividades de manejo de gado.

Em 11 de abril de 2021, o grupo foi expulso novamente. Segundo o representante, sempre que tentam reconstruir ranchos para viver e trabalhar, essas estruturas são derrubadas. A situação tem tornado a vida da comunidade extremamente difícil e marcada pela insegurança. O representante fez um apelo às autoridades, pedindo ajuda para proteger a comunidade e garantir que eles possam viver e trabalhar em suas terras sem ameaças ou expulsões violentas.

Comunidade do Fecho de Pasto do Cupim: O representante destacou que a realidade enfrentada por sua comunidade já é conhecida pela maioria das pessoas presente, mas que, mesmo assim, a comunidade precisa reforçar essa situação duas ou três vezes ao ano. Ele relatou que, no dia 18 de novembro de 2022, foram expulsos por pistoleiros de dentro de seus fechos e, até o momento, não obtiveram respostas sobre o ocorrido. Pais de família têm sido atacados, e o estado não tomou medidas concretas. Em 11 de abril, há 18 meses, homens

da comunidade, incluindo seu próprio pai, foram alvejados. Seu pai sofreu cinco perfurações, e uma bala ficou alojada a 1 cm de sua coluna. Até agora, nenhuma ação foi tomada, seja por incompetência ou por falta de interesse das autoridades em investigar.

Questionou o INEMA sobre as expulsões de funcionários envolvidos na concessão de autorizações para desmatamento e sugeriu que as autorizações assinadas por esses indivíduos deveriam perder valor. Além disso, mencionou que os pistoleiros, trabalhando para grileiros, mataram vacas de membros da comunidade, e, apesar das testemunhas e dos boletins de ocorrência registrados, as investigações estão paradas. Destacou que há quase uma centena de boletins registrados na delegacia, mas a violência continua impune.

O representante também apontou que o Ministério Público nunca se movimentou em relação ao caso da comunidade e mencionou que, no ano passado, a SDA/SDR exigiu a abertura de uma picada, mas quando a comunidade pediu autorização, não permitiram, pois os grileiros os denunciaram por "supressão vegetal".

Comunidade do Fecho de Pasto do Entre Morros e Morrinhos: O representante destacou a importância do fecho de pasto para a subsistência da comunidade e explicou que muitas pessoas não entendem completamente o que isso significa. Explicou que fecho é uma área de vegetação nativa que a comunidade utiliza de forma sustentável para produção, artesanato e geração de renda. Esse modo de vida tradicional está ameaçado, especialmente por decisões judiciais que têm interferido diretamente nas práticas comunitárias.

Ressaltou que, nessa região de fechos, há cerca de 80 nascentes, que são essenciais para o abastecimento de água no sertão da Bahia. Os fecheiros são considerados os "guardiões das águas", e o orgulho de pertencer a essa comunidade incomoda aqueles que desejam explorar a terra de forma destrutiva. Em 4 de abril, ao tentarem cercar uma nascente de 15 km, foram surpreendidos por uma ordem de reintegração de posse emitida por um juiz envolvido na Operação Faroeste. A decisão foi mantida por outro juiz que seguiu a mesma linha de entendimento.

O representante apontou que nenhum desembargador teve a coragem de se declarar suspeito para julgar o caso. No entanto, o ministro Flávio Dino, derrubou a reintegração de posse, algo que o judiciário da Bahia não havia feito. O representante lamentou que as comunidades lutem para manter as árvores em pé, enquanto o INEMA continua autorizando a supressão de vegetação na região. Ele finalizou afirmando que qualquer dano causado às comunidades é de responsabilidade do governo da Bahia.

Comunidades dos Fechos de Pasto do Bonito de Cima, Boa Vista, Capão Grosso e Outros: O representante das comunidades expressou indignação com a situação enfrentada pelos fecheiros em relação à grilagem e a falta de ação do Estado, afirmando que, embora seja responsabilidade do governo proteger os direitos das comunidades, o que têm visto é omissão. Relatou que os grileiros avançam sobre as terras das comunidades, e as autoridades,

que deveriam defendê-los, não tomam providências. Ele enfatizou que, se o Estado não pode ajudar, que ao menos não atrapalhe.

Apesar das ameaças e dos riscos, os fecheiros estão determinados a continuar lutando pela preservação das suas terras, não apenas em benefício próprio, mas para a sobrevivência de todos, visto que a água do Cerrado é essencial para a vida. O Cerrado, segundo ele, é responsável por 40% das águas do Brasil. Questionou o valor de um rio, criticando a concessão de outorgas para poços artesianos que secam os rios.

Destacou que os rios que nascem no Cerrado abastecem o Brasil inteiro e lamentou a destruição da natureza em função da ganância, compartilhando que os locais onde antes ele pescava hoje se transformaram em mato. A produção das grandes fazendas, afirmou, não se destina à alimentação das mesas brasileiras, mas sim à exportação, especialmente para a China, enquanto 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar, a mesma agricultura que está sendo prejudicada.

Também criticou a atuação das autoridades, que reprimem as comunidades, mas não fazem o mesmo com os grandes fazendeiros que desmatam impunemente. Questionou a prática de se desmatar uma área e compensar com a compra de reserva legal em outra região, ressaltando que isso contribui para a destruição da fauna e da flora locais.

O representante destacou ainda que há ameaças diretas às comunidades, como a construção de uma linha de transmissão para Minas Gerais, cujos responsáveis afirmaram que, se as famílias não permitirem a entrada nas áreas, farão uso da força policial, tratando as comunidades como criminosas, mesmo após 300 anos de ocupação legítima. Ressaltou o papel das comunidades na preservação do Cerrado, mencionando que são elas que apagam os incêndios e cuidam das nascentes. Pediu que as autoridades policiais de Correntina ajam com justiça e trabalhem ao lado das comunidades, não contra elas.

Comunidades dos Fundos e Fechos de Pasto Brejo Verde e Carpo: A representante dirigiu-se ao INEMA, destacando que as outorgas de água e as autorizações para supressão de vegetação são emitidas por esse órgão, algo que tanto as comunidades quanto o Estado têm conhecimento. Criticou a incoerência entre o reconhecimento das comunidades tradicionais, feito pela SEPRMI através de certificados, e as autorizações do INEMA para desmatamento nas mesmas áreas certificadas. Segundo ela, isso evidencia a contradição nas ações do governo estadual.

A representante fez um apelo ao governo federal pedindo uma intervenção mais ativa, pois as comunidades já haviam solicitado inúmeras vezes ao governo estadual sem resultado. Ele enfatizou que as comunidades estão cansadas de participar de reuniões infrutíferas e agora precisam de ações concretas, não apenas discursos.

Com relação aos recursos a serem destinados à Secretaria do Estado, afirmou que as comunidades vão monitorar de perto os encaminhamentos, destacando que o foco é livrar seus territórios da presença de pistoleiros e grileiros. Dirigindo-se à Polícia Federal, solicitou

esclarecimentos sobre relatos de pistoleiros de empresas de segurança afirmando que atuam nas áreas com aval da PF, e pediu uma resposta sobre a veracidade dessas alegações.

Finalizando, expressou sua indignação com a criminalização das comunidades e afirmou que chegou o momento de responsabilizar o Estado da Bahia, que tem sido omissivo diante das violações dos direitos dos povos tradicionais.

Comunidade do Fecho de Pasto do Clemente: A representante se propôs a trazer a perspectiva da juventude, destacando que entre as heranças do cerrado, o que mais se destaca é a devastação e a violência. Afirmou que as comunidades estão lutando para proteger os 3% restantes do que era dos seus antepassados, expressando a incredulidade por terem que batalhar pelo direito à vida, pelo cerrado em pé e pelo acesso à água. Afirma que desde que nasceu, nunca viveu em um contexto de paz e tranquilidade, e espera que as próximas gerações possam ter acesso aos gerais sem a constante ameaça.

Destacou a dificuldade da juventude local em acessar a educação superior pública e gratuita, além da falta de empregos de qualidade na região, onde as oportunidades são precárias. Ressaltou que as comunidades estão lutando pelo mínimo, que é a garantia de um futuro digno. Também mencionou o cansaço das audiências públicas, nas quais sempre participam, mas que não se traduzem em resultados concretos. Afirmou que muitos presentes tiveram que sacrificar seus trabalhos para estarem ali e pediu que não saíssem com mais promessas vazias.

Questionamento foi dirigido à SDA/SDR, sobre um processo de ação discriminatória realizado em três áreas de Correntina, incluindo Clemente e Vereda do Rancho. Mencionou que o processo havia sido investigado pelo Dr. Estácio, e que posteriormente, o Dr. Gustavo afirmou desconhecer tal processo. A comunidade criticou o desaparecimento de processos importantes como esse, que estava relacionado a documentos falsos da matrícula 22/80. Ressaltou que o relatório recomendava a arrecadação e destinação das áreas às comunidades, mas que até hoje nada foi feito.

Concluiu afirmando que as comunidades não vão abrir mão do seu modo de vida, que envolve a coexistência entre as áreas individuais e coletivas, onde o Fecho de Pasto não é apenas para o gado, mas um espaço vital de práticas culturais, religiosas e medicinais. Pediu que o Estado da Bahia garantisse ao menos os 3% restantes de seus territórios, pois suas vidas dependem disso.



Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto Arrogelândia e Comunidade Bebedouro: O representante iniciou sua fala expressando gratidão pelas autoridades presentes e pelo processo de escuta. Ele reconheceu a luta das pessoas que defendem o cerrado, destacando o papel das mulheres guerreiras na preservação da região. No entanto, apontou que os servidores locais não têm cumprido com suas responsabilidades. Relatando a presença de grileiros e pistoleiros rondando sua casa. Enfatizou que a resolução dos problemas precisa vir do Estado, alertando que, se não houver ação, tanto os membros das comunidades quanto seus descendentes enfrentarão consequências graves e o conflito persistirá. Propôs o cancelamento da matrícula 22/80 e de todas as outras matrículas fraudulentas, já que o desejo da comunidade é simplesmente ter de volta seu território.

Recordou que, no passado, o gado podia ser solto desde Correntina até a cabeceira do Rio Arrojado, uma distância de cerca de 30 km. Hoje, devido a cercas que foram colocadas, essa prática não é mais viável. Compartilhou que chegou à região aos 7 anos e, agora aos 65, é avô de 17 netos. Afirmou que as vidas das futuras gerações das PCTs dependem do trabalho realizado pelo Estado mas que muitos casos de corrupção, como propinas, alimentam os conflitos na região. Fez um apelo por apoio para que as futuras gerações possam existir em paz e pediu respeito às comunidades que cuidam da natureza em benefício de todos. Destacou que seus ancestrais têm trabalhado naquelas terras por muitas gerações, enquanto os grileiros afirmam falsamente serem os proprietários dessas áreas.

Comunidade do Fundo de Pasto do Salto: O representante iniciou sua fala destacando que está na sétima geração nascida no Salto. Seu pai chegou a Correntina em 1929, enquanto

a família de sua mãe está na região há 300 anos. Desde 1980, ele luta pela comunidade e, atualmente, já passou dos 60 anos. Relatou que, na década de 1990, seu pai não suportou a pressão da grilagem e sofreu um AVC, refletindo o impacto emocional que a situação tem causado nas famílias locais.

Ressaltou que as comunidades estão desamparadas e que, frequentemente, pessoas que vêm de fora, vendo as terras do alto de um avião, se apropriam das áreas, expulsando as comunidades tradicionais. O representante clamou pelos direitos de sua comunidade, mencionando que as divisas das áreas têm encolhido ao longo das gerações. O Fecho, que outrora era grande e nunca causou danos ao meio ambiente, hoje enfrenta dificuldades, pois os locais onde antes havia água e onde as pessoas costumavam nadar estão secos.

Além disso, relatou a escassez de água e a dificuldade de acesso a esse recurso vital. O representante questionou sobre extensa documentação do Fecho entregue à SDR/SDA em Salvador, que na época era CDA, e à Procuradoria Geral do Estado, que nunca avançou. Ele observou que as mudanças nos ocupantes dos cargos levaram à estagnação do processo. Informou que um grileiro contratou duas motosserras e derrubou muitas árvores na área do Fecho, tornando ainda mais difícil o acesso aos recursos naturais que sustentam a comunidade.

Comunidade de Galho de Porcos/Arrojadinho: O representante iniciou sua fala destacando a presença de três nascentes de água na área e mencionou que a comunidade é proibida de atuar em seu território devido à presença de pistoleiros contratados por empresas, que ameaçam e atacam os membros da comunidade. Relatou que, por conta dessa situação, os moradores estão impedidos de exercer seus direitos.

Afirmou que irá enviar fotos para ilustrar a situação. Ele também informou que as empresas estão fazendo marcações na área para determinar onde ocorrerão desmatamentos, o que está encurralando a comunidade e dificultando o acesso aos recursos naturais. Sem uma associação formal, a comunidade enfrenta dificuldades para obter medições de suas terras.

Quando a SDR/SDA esteve na área, a comunidade pediu ajuda, ressaltando que o rio divide a comunidade, com o outro lado pertencendo a Jaborandi. Fez um apelo às autoridades, mencionando que, ao ir trabalhar, frequentemente se depara com pistoleiros armados e que os membros da comunidade são obrigados a correr dentro de sua própria área por medo de serem alvejados. Citou os nomes de indivíduos considerados perigosos, como Joado Boacha e Hermes, que têm disputado a área pertencente à comunidade. Expressou o temor de que suas casas sejam invadidas, como já ocorreu em outras comunidades, e enfatizou que estão dispostos a defender seu território, mesmo que isso signifique lutar até a morte.



Comunidade de São Marcelo, Formosa do Rio Preto: O representante da comunidade iniciou sua fala destacando sua origem geraizeira. Ele criticou a falha do poder judiciário no oeste do estado, afirmando que essa situação perdura há muito tempo, sem resolução. Questionou quantas vidas ainda precisarão ser perdidas até que essa questão seja resolvida, enfatizando que o desafio enfrentado pela comunidade é semelhante em diversos outros lugares. Mencionou que a empresa Estrondo e a Cana Brava têm atuado de forma perturbadora, contratando policiais militares para destruir a farinha e o arroz produzidos pela comunidade. Fez um apelo por socorro, expressando a urgência da situação enfrentada pela comunidade.

Cidade das Estrelas, Formosa do Rio Preto: Edi Natureza, artista popular com mais de 35 anos de experiência, relatou a situação do Ateliê Cidade das Estrelas, que construiu ao longo de 18 anos. Enfatizou que, ao produzir arte, bonecos e esculturas, tem compartilhado conhecimento com a comunidade. Contudo, as comunidades e a natureza estão clamando por socorro, pois todos dependem dos recursos naturais. Relatou que o ateliê foi atacado em 11 de julho, sendo alvo de disparos, o que o obrigou a fugir e resultou na destruição do espaço. Ele ressaltou que a luta pelo campo é também uma luta pela preservação do planeta e da água. Neste contexto, Edi pede ajuda. Mencionou que o ateliê está atualmente trancado e cercado por pistoleiros e ressaltou a importância do espaço cultural para a região, especialmente para as crianças. Edi Natureza compartilhou um livreto sobre a Cidade das Estrelas que está anexado a este relatório.

Comunidade do Fecho de Pasto do Firmo: O representante relatou que sua família está na região há mais de 30 anos, mas atualmente não podem mais acessar suas terras. Ele mencionou a existência de 60 pés de manga que foram plantados por seu avô no local,

ressaltando a conexão profunda de sua família com a terra e a tristeza pela impossibilidade de cuidar do local. Pediu ajuda para a garantia de sua subsistência e de toda a comunidade.

Comunidade do Fecho de Bonito de Baixo: O representante informou que em 10 de fevereiro de 2023 a comunidade recebeu a notícia de que um homem ligado a Paulo, acompanhado por um advogado de Goiás, havia invadido seu território, cortado cercas e derrubado a vegetação. No entanto, a comunidade se organizou e conseguiu expulsá-los da área. Estes homens informaram a comunidade de que uma rede de transmissão de energia estava planejada para passar pelo local, mas não têm certeza da legitimidade deste empreendimento, suspeitam tratar-se de grilagem.

A comunidade está apreensiva, pois recebeu um ofício informando que a empresa de segurança retornaria em 15 dias para continuar os estudos e trabalhos, mas ainda não tiveram retorno. Quando procuraram a delegacia para registrar um boletim de ocorrência, foram informados de que não era possível devido problemas no sistema. No entanto, qualquer ação da comunidade resulta em registros de boletim. Questionam se o registro de boletim de ocorrência depende de dinheiro, ressaltando que se esse for o caso, a comunidade não possui recursos.

Em seguida abriu-se para a manifestação das entidades presentes.

Flávia Lessa, do MAB, destacou a importância do momento de escuta, ressaltando que, apesar de as comunidades estarem calejadas, elas não estão cansadas de lutar. A presença de várias instituições e da polícia, que normalmente não se encontra ao lado das comunidades, é surpreendente e traz um ânimo renovado. Ela mencionou que a análise dos conflitos revela que existem poucas soluções e muitas violações de direitos humanos, especialmente em relação à construção de barragens. Afirma que a resistência do povo foi fundamental para impedir a construção de barragens na região, não por falta de interesse do estado ou das empresas. Finalizou enfatizando que a água deve ser para a vida, não para a morte.

Marcos Rogério, do Coletivo de Fundos e Fecho de Pasto - Marcos Rogério, compartilhou a experiência de sua família, que perdeu o fecho na década de 1980, um período marcado por sangue derramado e resistência em plena ditadura militar, onde o assassinato de Eugênio Lira foi um dos eventos emblemáticos. Trouxe provocações a respeito de investigações que se arrastam desde os anos 80, especificamente sobre a matrícula 22/80, que envolve mais de um milhão de hectares. Ressaltou que o estado deve corrigir essa matrícula, lembrando que a constituição estadual estipulava um prazo de três anos para a realização das discriminações, o que até hoje não ocorreu.

Denunciou que o estado da Bahia e o estado brasileiro promovem um genocídio no oeste do estado, apontando que ele é a terceira geração de sua família a não estar no seu fecho devido à usurpação de seus direitos. A investigação feita em 1983 a pedido da PGE identificou a grilagem e, embora o juiz tenha determinado o cancelamento da matrícula, essa

decisão nunca foi implementada. Marcos também criticou o INCRA por ter adquirido terras griladas do Bradesco e assentado pessoas nessas áreas.

Sobre o INEMA, afirmou que todos os conflitos no oeste da Bahia têm sua influência. Ele alertou que a agricultura familiar, responsável pela produção dos alimentos dos brasileiros, corre o risco de desaparecer se o INEMA não revisar suas práticas. Em relação às mudanças climáticas, enfatizou a luta em prol das futuras gerações, lamentando as transformações que o cerrado enfrenta e mencionando que locais onde antes se banhavam agora estão inacessíveis.

Marcos destacou que as outorgas representam um grande problema e recordou que, em 2019, ocorreu a maior audiência pública no TJBA sobre as águas do oeste em ação civil pública contra o INEMA. Ele criticou o estado por priorizar interesses individuais em detrimento do coletivo, citando o caso da passagem de uma rede de transmissão que ocorre sem consulta às comunidades, acompanhada de ameaças de boletins de ocorrência. Ele reiterou o pedido de discriminação da comunidade do Salto, mencionando que, apesar de ajuizada, não teve andamento até o momento.

Dr. Maurício da AATR destacou a urgência de ações concretas, afirmando que é o momento de agir, uma vez que as intenções já foram expressas anteriormente. Ele recordou que, em 2019, houve uma reunião com a CDA que resultou em um compromisso de discriminar os fechos em quatro blocos, mas até o presente momento, não houve progresso. Alertou que as únicas discriminatórias que ocorreram foram em situações onde houve pessoas baleadas, questionando se é necessário que isso se repita. Para ele, é fundamental desenvolver um plano de ação concreto, baseado na realidade, com o primeiro passo sendo a limpeza das áreas das matrículas griladas, como a 22/80 e outras de tamanho semelhante. Maurício ressaltou que Correntina é o município com o maior número de conflitos no estado da Bahia e mencionou que a PGE nunca se reuniu com a população. Também apontou que existem comunidades judicializadas que nem sequer estão cientes de seus processos, e que o processo referente ao Salto não avança há muito tempo. Concluiu que a SDR/SDA deve subsidiar a PGE com informações para que os procedimentos avancem.

Dr.^a Ariele, também da AATR, reconheceu que algumas questões são complexas, mas outras, como a realização de uma auditoria dos CAF e das reservas legais que se sobrepõem aos fechos, são mais simples de serem resolvidas. Propôs que, a partir dessas auditorias, se tomem providências para revogar as autorizações de supressão vegetal, especialmente nas áreas onde já existem processos de discriminação abertos. Além disso, enfatizou a necessidade de que o INCRA realize auditorias em relação ao CIGEF, que afetam as comunidades. Ariele ressaltou que os problemas são antigos e recorrentes, e defendeu a importância de uma colaboração efetiva entre a SDR/SDA, PGE e MP para que possam apresentar a situação das regularizações às comunidades, salientando que entregar apenas o número SEI não é suficiente, e que as devolutivas precisam ser feitas com responsabilidade.

Tania, da Comissão Pastoral da Terra, expressou sua empatia pelas falas dos camponeses, ressaltando a necessidade do tempo dedicado a discutir os muitos conflitos

enfrentados. Suas declarações foram descritas como emocionantes e indignantes, e ela citou a famosa frase de Dom Pedro: “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homem”.

Tania destacou que Correntina é o município mais conflitivo da Bahia, apresentando dados que indicam que entre 1985 e 2016 foram registrados 41 conflitos, enquanto de 2017 a 2023, esse número saltou para 91 conflitos em apenas sete anos. Com 7 mil quilômetros de cursos d’água secando, ela enfatizou a necessidade urgente da atuação dos órgãos ambientais. Tania clamou por um plano de trabalho e investimento voltado à regularização dos territórios coletivos, ao invés de focar apenas em territórios individuais. A urgência da situação foi enfatizada, e ela agradeceu a presença da comissão e sua retomada.

Samuel, Comissão Pastoral da Terra, lembrou que Ouvidoria Agrária Nacional esteve presente em Correntina entre 2008 e 2009, com três visitas em seis meses, evidenciando a gravidade dos conflitos na região. Mencionou a existência de um dossiê que documenta 60 anos de conflitos que impõem desafios significativos aos trabalhadores locais.

Jardel, Campanha Contra Violência no Campo, discutiu o surgimento e o papel da campanha contra a violência no campo, enfatizando que direitos não se negociam nem se pedem de joelhos, mas sim se exigem de pé, com a demanda pelo cumprimento das leis. Ele declarou a necessidade urgente de dizer um basta à violência que assola as áreas rurais. Jardel destacou a grande responsabilidade do estado em resolver os conflitos no campo, afirmando que a ausência do estado implica conivência, pois esconde, protege e apoia os mais fortes. Por fim, enfatizou que é crucial que essas denúncias cheguem a órgãos internacionais, uma vez que o conflito no campo frequentemente conta com o respaldo do estado e de empresas.

Durante as deliberações da mesa, Andréia Macedo comentou sobre a visita da equipe da SDA à região, onde permaneceu por mais de uma semana para explicar o funcionamento do CCDRU (Comissão de Controle de Devolução de Terras). Abordou a questão do período temporal de 90 anos, que gera questionamentos entre as comunidades. Ela mencionou que atualmente existem processos de arrecadação sumária em áreas da região.

O Desembargador Cláudio Cesare apresentou a Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça da Bahia e ressaltou a importância da atuação da Procuradoria Geral do Estado nas questões relacionadas às discriminatórias. Ele enfatizou a necessidade de que a PGE desenvolva um plano de ação em parceria com o TJBA para dar andamento a essas ações. O desembargador destacou a relevância da comunicação entre as comunidades e os órgãos do estado, para que todas as questões sejam diligenciadas e os processos avancem.

Mencionou que as questões fundiárias, ambientais e de violência representam três frentes de atuação que requerem atenção conjunta. Para isso, é fundamental que os julgamentos sejam realizados, mas isso não depende apenas do Judiciário. É necessária uma

colaboração integrada de todo o sistema de justiça. Esta audiência representa um primeiro passo na abordagem dessas questões.

A Delegada Giovana afirmou que a audiência pública é um momento valioso e indispensável, pois é um dos mecanismos efetivos de pressão do Estado, para que realize suas obrigações, em sua inteireza, sobretudo, solucionando problemas e buscando novas formas de atendimento. Em nome da Polícia Civil, pediu perdão aos presentes, pelos trabalhos deficitários, nos moldes relatados, por vezes, indicados como parciais, em especial, na Delegacia Territorial de Correntina. A Delegada trouxe uma atualização importante, informando que um Inquérito Policial que apura o homicídio tentado, que vitimou mais de 20 fecheiros (11/04/2023), no dia anterior, havia sido avocado pela Delegada Geral, Heloísa Campos de Brito, e redistribuído para que siga sob sua presidência. Prometeu esforço e dedicação, na investigação. Além disso, destacou que o Corregedor Chefe da Polícia Civil da Bahia está priorizando as inspeções, em Unidades Policiais nas quais se tenha notícia de possível conduta irregular, por parte de servidores policiais.

Delegado Hélio colocou seu contato à disposição para denúncias, inclusive anônimas, e destacou que a corregedoria tem atuado na região. Mencionou ações recentes realizadas em comunidades para corrigir a atuação inadequada de policiais civis. Hélio afirmou ser inadmissível exigência de presença de um advogado para o registro de boletins de ocorrência e indicou que tomará as medidas necessárias para corrigir essa situação. Comprometeu-se a agilizar os atendimentos e se colocou à disposição para ajudar.

Capitão Albuquerque ressaltou que a instituição está à disposição para dar soluções e continuidade ao policiamento ostensivo e preventivo, inclusive nas áreas rurais de fundos e fechos de pasto. Ele enfatizou que não toleram condutas de membros da instituição que não estejam de acordo com a lei e mencionou ações recentes publicadas na imprensa que corroboram que a PMBA, junto com a polícia civil, está adotando medidas para coibir práticas criminosas entre seus integrantes. Albuquerque também se colocou à disposição para contato após a reunião, reiterando que a PMBA permanece a serviço da comunidade.

Welson declarou que sua presença é para ouvir as problemáticas apresentadas e contribuir para a busca de soluções. Informou que uma agrônoma em Barreiras foi identificada por falsificação de documentos do INEMA, e atualmente estão levantando informações sobre as fazendas que adquiriram essas certidões, embora o caso esteja sob sigilo de justiça.

Também mencionou a identificação de problemas na escuta das comunidades feita por empreendedores, ressaltando que muitos manipulam as informações, enviando documentos que afirmam ser da comunidade, mas que, na verdade, não pertencem a elas. Esses procedimentos estão sendo revisados pelo INEMA. Por fim apresentou as ouvidorias do INEMA e do Governo do Estado, destacando sua importância especialmente para denúncias relacionadas a incêndios, supressão da vegetação e outros crimes ambientais.

Encaminhamentos:

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de regularização fundiária e andamento de ações discriminatórias além de outras que impactam as comunidades, a Comissão recomendará ao CNJ que estabeleça uma meta específica para processos – cíveis e criminais - que influenciem na proteção territorial de povos e comunidades tradicionais.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os diversos relatos de empresas de segurança patrimonial cometendo abusos contra as comunidades, a CPT reunirá os nomes dessas empresas e encaminhará à CNEVC para que solicite fiscalização à Polícia Federal, dentro de suas atribuições.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de realização de estudos cartográficos na região, a CNEVC irá promover tratativas com a SETEQ para verificar a possibilidade de injeção de recursos nessa iniciativa.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando o levantamento e as informações prestadas pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, a CNEVC criará um grupo de trabalho com esta Associação para tratar de formas de combate à grilagem na região.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos sobre a criação de uma rede de transmissão na região, a CPT irá levantar informações específicas e repassar para a CNEVC com o objetivo de verificação da regularidade do empreendimento.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, a Comissão irá oficiar a Corregedoria da Polícia Civil e a Corregedoria da Polícia Militar em para que investigue a atuação das delegacias de Correntina.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a necessidade urgente de emprego das diligências para regularização fundiária das comunidades da região, a Comissão irá promover articulações entre a SDA/MDA e INCRA objetivando a mobilização de recursos orçamentários para apoio aos trabalhos técnicos de medições e vistorias.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de graves irregularidades ambientais em territórios da União, a Comissão irá oficiar o IBAMA cientificando sobre os casos e solicitando a adoção de providências cabíveis.

7. SÍNTESE DOS ENCAMINHAMENTOS

7.1. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM IGARITÉ

7.1.1 Encaminhamentos relativos à questão Indígena

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI): Considerando os relatos da existência de empreendimentos estrangeiros no Território Indígena Tapuia, bem como a existência de 12 pivôs de irrigação e canais abertos, que mantêm o nível da água constantemente elevado, afetando a região desde Serra Branca até Barra, situação que tem contribuído para a degradação do rio, onde a redução drástica na quantidade de peixes é notável, Inema e Sepromi informarão sobre a realização de consulta prévia, livre e informada ao povo Tapuia relativamente aos empreendimentos mencionados, bem como a forma como foi implementada.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de degradação do Rio São Francisco, a Comissão e a Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI irão solicitar reunião com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com objetivo de elaborar soluções para a temática.

Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI: Considerando os relatos sobre a situação das estradas, o que já ocasionou até mesmo a destruição do cemitério de uma comunidade indígena, a Superintendência de Políticas Para Povos Indígenas da SEPROMI irá contatar a Prefeitura de Muquém de São Francisco para questionar a respeito do início da obra nas estradas, para a qual já foi contratada empresa pelo ente municipal.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos e a necessidade de defesa dos territórios, a Secretaria de Acesso à Justiça irá realizar uma análise específica de cada caso e adotar ações articuladas com o MPI, FUNAI

Delegacia de Polícia Federal em Barreiras: Considerando o relato de alvejamento de viatura da FUNAI por arma de fogo, a Delegacia de Polícia Federal em Barreiras irá averiguar a existência de investigação e adotar as diligências necessárias.

7.1.2 Encaminhamentos relativos à questão Quilombola

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando as demandas de necessidade de regularização fundiária apresentadas, a Comissão irá se somar na busca de recursos para o TED firmado entre o INCRA e as Universidades. É necessário que as comunidades se organizem para debater e definir as cinco comunidades a serem priorizadas, sugerindo que se adote o critério do nível de conflito e violência.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de degradação e necessidade de regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais, a Comissão irá solicitar à SPU que priorize a demarcação das Linhas Médias de Enchente Ordinária (LIMEO) bem com que verifique a viabilidade de estabelecimento de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para as comunidades nestes locais.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Considerando os relatos trazidos pela Comunidade Quilombola Curralinho, a Superintendência do INCRA na Bahia irá solicitar à Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA que ajuíze ação com objetivo de garantir proteção à comunidade.

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a SSP da Bahia irá mobilizar esforços para que se evite represálias nos territórios onde haverá atuação do INCRA.

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a SJDH irá informar a respeito da presença de integrantes do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos nos territórios onde haverá atuação do INCRA para que se realize avaliação de risco adequada.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, acerca de aparente atendimento parcial, a favor de proprietários rurais ou de negativa de registro de ocorrências, a Comissão irá oficiar a Corregedoria da Polícia Civil e a Corregedoria da Polícia Militar em para que realizem inspeções nas Delegacias de Ibotirama, Muquém de São Francisco e Barra.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de morosidade processual em casos envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais, a Comissão, juntamente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, irá encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça sugestão para que processos relativos à matéria fundiária (discriminatórias, ações sobre cumprimento de cláusulas resolutivas de títulos de regularização fundiária, desapropriações etc) e a crimes vinculados a violência no campo sejam incluídos nas metas do CNJ para prioridade nos julgamentos.

Coordenação de Conflitos Fundiários da Polícia Civil do Estado da Bahia (CCF/GEMACAU): Considerando a gravidade e necessidade de acompanhamento do caso da ossada encontrada na Operação Compadre D'água, o CCF/GEMACAU irá encaminhar formalmente à Comissão o número da ação penal instaurada.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a gravidade e necessidade de acompanhamento do caso da ossada encontrada na Operação Compadre D'água, após o repasse do número da ação penal pelo CCF/GEMACAU, a Comissão irá encaminhar pedido de informações sobre o andamento do processo.

Polícia Militar do Estado da Bahia: Considerando o relato de intensificação da violência em comunidades que recebem representantes estatais, a Polícia Militar se

compromete a mobilizar maior esforço de patrulhamento ostensivo para a segurança das comunidades presentes, com o objetivo de garantir sua segurança após a partida da Comissão.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Considerando os relatos da Comunidade do Quilombo Saco Grande do Tixinha, o Setor de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/BA irá dialogar com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA a respeito da viabilidade de manifestação nos autos indicando interesse na área.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da Comunidade do Quilombo Torrinha, a Comissão irá dialogar com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito de uma possibilidade de tombamento que permita que a comunidade realize a gestão do Casarão.

7.1.3 Encaminhamentos relativos à questão dos Posseiros, Ribeirinhos, Assentados e Fundo de pasto

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando a informação acerca de numerosas ações discriminatórias que estão atrasadas e aguardam a atuação da PGE, após o compartilhamento do número desses processos pela AATR, a Comissão, juntamente com o INCRA e a SDA, articulará com a Procuradoria Geral do Estado a priorização das ações em que há conflitos agrários relatados nesta missão.

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando as denúncias de violências em face dos trabalhadores rurais da **comunidade Malhada**, supostamente pertencente ao INCRA, a Comissão diligenciará junto à SR/INCRA/BA sobre a situação fundiária da área e as medidas de proteção às comunidades tradicionais que ali residem.

Superintendência do MDA na Bahia: Considerando as denúncias de violências e esbulhos possessórios em relação à comunidade do **Assentamento de Crédito Fundiário São George** a SR/MDA/BA realizará diálogo com a AGU sobre a viabilidade de ajuizar medidas judiciais para a reintegração de posse dos lotes invadidos do referido Projeto.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos referentes à presença de fazendeiros e empreendedores estrangeiros fazendo uso da violência na região para avançar sobre os territórios de comunidades Ribeirinhas e de Fundo e Fecho de Pasto, inclusive certificadas, O MJSP irá mobilizar esforços junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia para a garantia e promoção de segurança pública para as famílias da região.

7.2. ENCAMINHAMENTOS DA VISITA AO POVO PANKARU

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de intrusão da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá oficiar a FUNAI e a SPU solicitando a adoção de providências para proteção da posse dos indígenas, inclusive com a realização de nova fixação das placas dos marcos da terra indígena.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de necessidade de regularização fundiária da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá solicitar à SPU detalhamento das áreas de sua propriedade, para eventual verificação quanto a legitimidade de títulos concedidos e sobrepostos à gleba.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de intrusão da Reserva Indígena Pankaru, a Comissão irá solicitar ao INCRA a realização de inspeção ocupacional na área da Fazenda Sempre Verde para identificação das ocupações e eventuais áreas de interesse federal para regularização, com destaque para marcos como cemitérios, povoados, construções, dentre outras.

7.3. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM SANTA MARIA DA VITÓRIA

7.3.1 Encaminhamentos relativos a Fundo e Fecho de Pasto

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos das comunidades que indicaram a existência de provas documentais, como registros em vídeo e registros fotográficos, a Comissão Pastoral da Terra irá reunir esses comprovantes e encaminhar à Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo.

Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais: Considerando os relatos das comunidades que indicaram a existência de inquéritos, processos administrativos e judiciais, a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais irá reunir os números desses autos e encaminhar à Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo.

Defensoria Pública do Estado da Bahia: Considerando os relatos sobre a ação discriminatória que envolve o Fecho de Pasto Comunidade do Jacurutu, a DPE/BA irá requerer a inclusão do Ministério Público do Estado da Bahia no processo, para seja acompanhado de forma mais detida.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando a morosidade observada como consequência da alteração dos procedimentos para certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, o MJSP irá emitir Nota Técnica endossando a necessidade de que esses procedimentos retornem aos moldes da Lei Estadual nº 12.910/2013.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Considerando os relatos trazidos pelo Fecho de Pasto Comunidade Destocado, o INEMA irá adotar as diligências necessárias para a realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) deste território.

Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo: Considerando os graves relatos de espancamentos, incêndios, furtos de animais, disparos de arma de fogo, ameaças e desvio de conduta de autoridades, a CNEVC encaminhará estas informações à Corregedoria da Polícia Civil e à Corregedoria da Polícia Militar.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, a Comissão irá oficiar a Corregedoria da Polícia Civil para que realize inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Santa Maria da Vitória e na Delegacia Territorial de Santana, sobretudo no que se refere ao aparente atendimento parcial, a favor de proprietários rurais ou de negativa de registro de ocorrências.

7.3.2 Encaminhamentos relativos a Quilombolas

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de regularização fundiária do Quilombo Lagoa das Piranhas, a Comissão irá oficiar a SPU/BA para que preste informações sobre a conclusão dos procedimentos.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando o impacto ambiental perceptível nos relatos sobre crimes envolvendo a venda irregular de lotes, a usurpação de bem da União nas áreas de LIMEO e a supressão da vegetação, nas comunidades de Lagoa das Piranhas, Quilombo Barrinha, a Comissão encaminhará os fatos relatados e os estudos elaborados à Polícia Federal.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos do Quilombo Lagoa das Piranhas sobre graves impactos socioambientais decorrentes da implantação do distrito de irrigação Formoso, sobretudo quanto à poluição da Lagoa das Piranhas, a Comissão fará diálogo com o representante do Ministério Público Federal que atua no caso e oficiará à CODEVASF solicitando a adoção de medidas que mitiguem os impactos.

Secretária-geral da Presidência da República: Considerando os relatos trazidos pelos representantes das comunidades quilombolas, a SGPR irá incluir estas comunidades no escopo da Mesa de Diálogos sobre Perímetros Irrigados.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos de supressão da vegetação, a CPT irá recolher, junto às comunidades, as coordenadas geográficas onde estes episódios têm ocorrido e encaminhará à CNEVC.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de supressão da vegetação, a CNEVC encaminhará à Polícia Federal as coordenadas geográficas levantadas pela CPT em parceria com as comunidades, solicitando investigação quanto aos crimes ambientais.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Secretaria do Patrimônio da União: Considerando os relatos de necessidade de regularização fundiária do Quilombo Fortaleza, INCRA e SPU irão diligenciar a emissão de TAUS em caráter provisório, priorizando este território diante do grave caráter do conflito.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos de atuação da Polícia Militar do Estado de Sergipe no Quilombo Fortaleza e a informação de que a Polícia Federal já instaurou inquérito sobre este caso, o MJSP irá realizar o monitoramento desse inquérito.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando a correlação existente entre os casos de grilagem, loteamentos e ameaças no Quilombo Fortaleza, o MJSP diligenciará pela ampliação do escopo investigativo do inquérito já instaurado para que abranja, também, a investigação relativa aos fazendeiros de Salvador mencionados pela comunidade.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da comunidade do Quilombo Barra do Parateca, a Comissão irá solicitar ao INCRA a retomada e priorização da regularização deste território em razão da situação de grave conflito.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos da comunidade do Quilombo Barra do Parateca com relação a derrubada de matrículas na área de LIMEO, a Comissão irá solicitar à SPU diligências necessárias para a concessão provisória de TAUS.

Ministério da Justiça e Segurança Pública: Considerando os relatos de cooptação de membros das comunidades quilombolas, o MJSP em parceria com o Ministério da Igualdade Racial realizará oficinas em comunidades da região como método de combate às estratégias de enfraquecimento da luta quilombola.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a complexidade dos casos trazidos pelas Comunidades Quilombolas, a Comissão irá articular reunião entre o Ministério das Relações Raciais, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Secretaria-geral da Presidência da República, a Superintendência do Desenvolvimento Agrário do MDA na Bahia e a Secretaria do Patrimônio da União, para buscar soluções priorizando a garantia de posse das comunidades.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos da Comunidade Cachoeira sobre a necessidade de regularização fundiária, a CPT irá reunir a documentação desta comunidade e enviar para a CNEVC, para que se elabore um planejamento de atuação neste caso.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os diversos relatos de dificuldade de acesso à energia elétrica e o fato de que este direito independe da regularização fundiária, a CPT irá realizar um levantamento de todas as comunidades que enfrentam esta questão, especificando quais são PCTs, e enviará para a SGPR que incluirá referidas comunidades como prioridade na meta de universalização do acesso à energia elétrica.

7.4. ENCAMINHAMENTOS DA OITIVA DAS COMUNIDADES EM CORRENTINA

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de regularização fundiária e andamento de ações discriminatórias além de outras que impactam as comunidades, a Comissão recomendará ao CNJ que estabeleça uma meta específica para processos que influenciem na proteção territorial de povos e comunidades tradicionais.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os diversos relatos de empresas de segurança patrimonial cometendo abusos contra as comunidades, a CPT reunirá os nomes dessas empresas e encaminhará à CNEVC para que solicite fiscalização à Polícia Federal, dentro de suas atribuições.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos sobre a necessidade de realização de estudos cartográficos na região, a CNEVC irá promover tratativas com a SETEQ para verificar a possibilidade de injeção de recursos nessa iniciativa.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando o levantamento e as informações prestadas pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, a CNEVC criará um grupo de trabalho com esta Associação para tratar de formas de combate à grilagem na região.

Comissão Pastoral da Terra: Considerando os relatos sobre a criação de uma rede de transmissão na região, a CPT irá levantar informações específicas e repassar para a CNEVC com o objetivo de verificação da regularidade do empreendimento.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de desvio de conduta de autoridades policiais na região, a Comissão irá oficiar a Corregedoria da Polícia Civil para que realize inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Correntina, sobretudo no que se refere ao aparente atendimento parcial, a favor de proprietários rurais, negativa de registro de ocorrências e atuação do Delegado Titular de Correntina.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando a necessidade urgente de emprego das diligências para regularização fundiária das comunidades da região, a Comissão irá promover articulações entre a SDA/MDA e INCRA objetivando a mobilização de recursos orçamentários para apoio aos trabalhos técnicos de medições e vistorias.

Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo: Considerando os relatos de graves irregularidades ambientais em territórios da União, a Comissão irá oficiar o IBAMA cientificando sobre os casos e solicitando a adoção de providências cabíveis.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos inúmeros relatos dos representantes dos povos e comunidades tradicionais do Oeste da Bahia verifica-se a ocorrência de questões recorrentes.

No que tange às agressões ao meio ambiente, os relatos apontam inúmeras denúncias de desmatamento; uso irregular dos recursos hídricos, com destaque aos prejuízos à Bacia do São Francisco; contaminação de cursos de água e nascentes com resíduos de agrotóxicos; descarte irregular de embalagens de agrotóxicos. As repercussões dos danos ambientais são sentidas não apenas na degradação do bioma cerrado e dos recursos hídricos, mas também na saúde das pessoas.

Nesse sentido é emblemático e representativo o emocionante depoimento do representante da comunidade da Lagoa de Piranhas, em Santa Maria da Vitória, que no momento da audiência foi às lágrimas em razão do recente falecimento de sua esposa, vitimada por câncer que, segundo ele, também se deve à contaminação da água para consumo das famílias pelo agrotóxico despejado no canal que percorre o distrito de irrigação Formoso.

Outro ponto em comum dos vários relatos colhidos diz respeito às diversas formas de violência que têm sido direcionadas contra comunidades - muitas delas centenárias -, como estratégia de avanço na disputa sobre os territórios de posse tradicional. Soma-se às antigas e persistentes formas de violência física traduzidas em práticas de pistolagem e cooptação de agentes públicos, a violência institucional materializada em ordens judiciais de reintegração de posse, muitas delas lastreadas em pretensões territoriais desproporcionais às dimensões aos títulos apresentados, títulos deslocados, títulos com sérios indícios de obtenção fraudulenta ou mesmo documentos inábeis à comprovação de posse, tais como registros autodeclarados no SICAR etc.

A ausência de verificação da conexão entre a pretensão possessória e o correto georreferenciamento dos títulos apresentados para embasá-la é outro fator que favorece a instrumentalização das ações de reintegração de posse como forma de violência institucional contra as comunidades tradicionais da região.

A corroborar tal conclusão, o fundamental trabalho de pesquisa apresentado à Comissão pela AATR – Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais, no qual são identificadas centenas de matrículas cujos títulos originários dizem respeito a “certidões de posse” expedidas em 7 processos de inventário e que jamais poderiam ter sido aceitas como documento hábil à abertura de matrículas. Muitos destes títulos que hoje amparam pretensões petitórias e possessórias originadas desse artifício e compõem o mosaico das violências institucionais praticadas em face das comunidades tradicionais do Oeste da Bahia.

Do ponto de vista fundiário, portanto, é imperioso que as diversas esferas governamentais responsáveis pela gestão de terras públicas e ordenamento territorial coordenem seus esforços para acelerar e concluir os processos de regularização fundiária quilombola e de comunidades tradicionais, bem como os processos de demarcação de terras indígenas.

Enfim, não há dúvidas de que “o atual modelo de desenvolvimento – caracterizado pelo uso intensivo de recursos naturais, expressiva emissão de gases de efeito estufa e degradação do meio ambiente – tem provocado graves consequências sobre a qualidade de vida das populações, a exemplo dos eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais, perda da biodiversidade, redução da produtividade agrícola, entre outros”¹. Neste cenário, as disputas por terra ocupam lugar central.

Aqui se faz oportuno recordar e ampliar o apelo da Ministra Rosa Weber, no voto proferido na ADI 5783/BA, aos governos federal e estadual para “adotar todas as medidas legislativas, administrativas e judiciais necessárias a que as comunidades de fundo e fecho de pasto remanescentes possam usufruir de seus direitos territoriais, garantidas a sua reprodução cultural e a integridade física e a vida de seus membros. Em especial, de modo a serem concretamente beneficiadas pela regularização fundiária instrumentalizada na concessão de uso das terras devolutas estaduais, seja no que diz com as comunidades que já haviam requerido a certificação de reconhecimento e a regularização fundiária, seja quanto àquelas que não o fizeram em razão do prazo ora declarado inconstitucional.” (STF, ADI 5783/BA, Rel. Min. Rosa Weber, Pleno, maioria, 06/09/2023).

O apelo reforça a necessidade de que todas as instâncias governamentais, de todas as esferas federativas, atuem nas balizas do “Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes”, lançado em 22/08/2024, o que exige o compromisso de “atuar de maneira harmoniosa e integrada pela promoção da transformação ecológica”, que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ecológica e a justiça social.

A desconsideração dos direitos das comunidades e povos tradicionais opera na contramão da agenda de transformação ecológica. Daí o trabalho desta Comissão, integrada por órgãos do governo federal, estadual da Bahia e Poder Judiciário, de propor e cumprir os encaminhamentos pactuados para, em sinergia de forças, trabalhar por um novo paradigma de desenvolvimento econômico em que as populações vulnerabilizadas tenham vez, voz e direitos respeitados.

9. AGRADECIMENTOS

Manifestamos nossos agradecimentos a todas as autoridades dos governos federal e estadual que atenderam ao convite para participação na 4ª. Missão da Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo, Oeste da Bahia.

Agradecemos aos representantes das comunidades que se deslocaram de seus municípios para trazer suas demandas à Comissão, numa demonstração de confiança que reforça nosso compromisso e responsabilidade.

¹ BRASIL. Ministério da Fazenda. www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica, acesso em 20/09/2024.

Registramos, ainda, os agradecimentos aos servidores do INCRA que conduziram as viaturas durante os dias da missão, com dedicação e competência: Antônio Carlos Barbosa, Cristóvão Carneiro de Oliveira e Uindson Borges.

Além disso, agradecemos, também, a diligente e habilidosa escolta realizada pelos Policiais Rodoviários Federais: Tiago Mateus Pereira Gonçalves, Italo Uelisson Silva Souza, Marcos Vinícius Araújo Pinto Vieira e Davi Ribeiro Silva.

Agradecemos às entidades da sociedade civil que auxiliaram na organização da missão, bem como às que compareceram para trazer demandas, apresentar denúncias e exercer o papel fundamental de apoiar as comunidades em seu exercício de cidadania.

Elis Regina Arévalos Soares

Relatora

Assessora Técnica do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários do
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Claudia Maria Dadico

Coordenadora da Comissão de Enfrentamento à Violência no Campo
Diretora do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

LISTA DE ANEXOS

1. Documentação relativa ao Quilombo Barrinha
2. Material apresentado pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais
3. Livreto sobre a Cidade das Estrelas – Edi Natureza
4. Comunidade Quilombola Lagoa das Piranhas - Fiscalização Preventiva Integrada (FPI)
5. Mapa do Quilombo Lagoa das Piranhas
6. Reivindicações das Comunidades (20/07/2022)
7. Ofício das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, municípios de Xique-xique e Itaguaçu da Bahia
8. Ofício das Comunidades da região de Correntina
9. Julgamento pelo STF da ADI 5783, relativa à proteção constitucional das comunidades de fundo e fecho de pasto:

[CLIQUE AQUI](#) PARA ACESSAR OS ARQUIVOS.